

ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO

OS EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO DESENHO URBANO: O CASO DE
VISEU – DO SÉCULO XX ATÉ ÀS EXPANSÕES MAIS RECENTES



Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de
Coimbra.

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob orientação do Professor Doutor
Adelino Gonçalves.

Coimbra, Fevereiro de 2015.

Suse Margarida Coelho Almeida

ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO

OS EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO DESENHO URBANO: O CASO DE VISEU
– DO SÉCULO XX ATÉ ÀS EXPANSÕES MAIS RECENTES

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pela educação, carinho e apoio. À minha família e aos meus amigos pela preocupação e companheirismo. Ao Pedro por todas as opiniões, pela motivação e dedicação. Ao Professor Doutor Adelino Gonçalves pela disponibilidade e orientação deste trabalho.

A todos, obrigado por me terem ajudado a chegar até aqui.

RESUMO

Nos territórios urbanos sempre existiram construções consideradas essenciais ao ato de fazer cidade e que serviram de impulso para o desenvolvimento do seu desenho, podendo ser representadas a partir de edifícios ou estruturas urbanas, como é o caso da muralha.

De um modo geral, estas construções têm um carácter público e são designadas por equipamentos coletivos, constituindo-se como verdadeiras âncoras de desenvolvimento.

O presente estudo pretende, assim, analisar o contributo dado pelos equipamentos coletivos no desenvolvimento do desenho urbano, considerando que estes podem atuar na estrutura urbana das mais variadas formas.

A investigação que tem vindo a ser produzida a este respeito está relacionada com estudos de morfologia urbana relativos à idade média e à idade moderna. Porém, a minha abordagem contempla o século XX, décadas de 40 e 50, estendendo-se até às expansões mais recentes.

A cidade de Viseu é o caso de estudo, onde estão integrados quatro exemplos que se assumiram como âncoras de desenvolvimento - Liceu de Alves Martins, Hospital Distrital de Viseu, Palácio do Gelo e Forum Viseu. A partir destes exemplos é feita uma análise concreta ao tema, para relevar o papel que os equipamentos têm desempenhado no desenho e redesenho de malhas urbanas.

ABSTRACT

In urban areas there have always been constructions considered essential to foster the growth of cities and that served as an impulse for the development of its design. These can be represented from buildings or urban structures, such as the wall.

In general, these buildings have a public character and are designated by collective equipments, constituting themselves as true development anchors.

This study seeks to analyze the contribution of the collective facilities in the development of urban design, considering that they can act in the urban structure in various shapes.

The extensive and varied investigation that have been made in this regard are related to studies of urban morphology on the Middle Ages and the modern age. However, my approach includes the twentieth century, the 1940s and 1950s, extending to the latest expansions.

The city of Viseu was chosen as a case study, where are integrated four study cases, assumed as development anchors - Alves Martins High School, District of Viseu Hospital, Ice Palace and Forum Viseu. From these examples it is possible to make a concrete analysis of the theme, to highlight the role that the equipments have played in the design and redesign of urban networks.

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AGU – Antepiano Geral de Urbanização

AU – Antepiano de Urbanização

CCB – Centro Cultural de Belém

CMV – Câmara Municipal de Viseu

DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGT – Direcção-Geral do Território

DPGU – Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

HP – Hidrotécnica Portuguesa

JAES – Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário

JCETS – Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

PDM – Plano Diretor Municipal

PGM – Plano Geral de Melhoramentos/ Planos Gerais de Melhoramentos

PGU – Plano Geral de Urbanização/ Planos Gerais de Urbanização

PP – Plano de Pormenor/ Planos de Pormenor

PU – Plano de Urbanização

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	17
1. INFLUÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO DESENHO URBANO.....	23
2. O URBANISMO EM PORTUGAL A PARTIR DO SÉCULO XX.....	37
2.1. Os Planos Gerais de Melhoramentos.....	39
2.2. Os Planos Gerais de Urbanização.....	41
2.2.1. Os equipamentos coletivos e os Anteplanos de Urbanização: Castelo Branco e Guarda.....	43
2.3. A evolução dos instrumentos de planeamento.....	43
3. O CASO DE VISEU.....	51
3.1 Enquadramento regional e caracterização geográfica.....	51
3.2 Evolução urbana.....	53
3.2.1 Fundação da cidade.....	53
3.2.2 Do século XX até às expansões mais recentes.....	57
3.2.2.1 Antepiano Geral de Urbanização de Viseu.....	59
3.2.2.2 O planeamento de Viseu a partir da década de 60.....	67
4. ESTUDOS DE CASO.....	77
4.1 Liceu de Alves Martins.....	79
4.1.1 O Liceu e o “Plano 38”.....	79
4.1.2 O projeto.....	83
4.1.3 O Liceu no desenho urbano.....	85
4.2 Hospital Distrital de Viseu e Palácio do Gelo e dos Desportos: dois estudos de caso inseridos no mesmo PP.....	95
4.2.1 Plano de Pormenor da Zona Envolvente 1ª Circular Sul (Jugueiros) e da Zona do Novo Hospital Distrital de Viseu.....	95
4.2.2 Hospital de São Teotónio (Novo Hospital Distrital de Viseu).....	99
4.2.2.1 Evolução do desenho urbano envolvente.....	101

4.2.3. Palácio do Gelo e dos Desportos.....	111
4.2.3.1.O “complexo lúdico” na malha urbana.....	115
4.3 Forum Viseu.....	127
4.3.1 PP da Envolvente Urbana do Rio Pavia.....	127
4.3.2 O Forum como projeto urbano.....	133
4.3.2.1 Consequências no desenho urbano.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
BIBLIOGRAFIA.....	151
Documentos eletrónicos.....	155
Netnografia.....	155
Documentos não publicados.....	155
Observações.....	157

“... na estrutura urbana existem alguns elementos de natureza particular que têm o poder de retardar ou acelerar o processo urbano e que são, por natureza, assaz relevantes.” (ROSSI, 2001: 83)

INTRODUÇÃO

A cidade é um organismo vivo e dinâmico em constante mutação, no entanto, nela podemos encontrar alguns elementos essenciais para a evolução do seu desenho urbano e que se caracterizam, entre outros aspetos, pela sua durabilidade ou permanência. No âmbito desta dissertação, estes elementos são designados “âncoras de desenvolvimento” e ganham forma a partir dos equipamentos coletivos. Estas “âncoras” não são, pois, apenas os equipamentos propriamente ditos, mas os respetivos edifícios e as unidades morfológicas com as quais se relacionam diretamente ou deles decorrem.

De um modo geral, entende-se por equipamentos coletivos todas as construções que servem usos de interesse coletivo, privado ou público, desde monumentos, hospitais, universidades, escolas, centros comerciais, entre outros.

Apesar desta denominação ter variado ao longo dos anos, os equipamentos sempre existiram e influenciaram o processo de urbanização das cidades. Essa influência pode ser mais facilmente visível na idade média e na idade moderna, devido ao programa mínimo e à estrutura urbana compacta que caracterizava as cidades neste período.

Atualmente, o território urbano é uma estrutura descontínua, dispersa e difusa, marcado por áreas centrais densas que contrastam com o desenho diluído e irregular das zonas periféricas. Os equipamentos têm vindo a acompanhar este crescimento descontínuo que se começou a sentir nas cidades portuguesas, sobretudo a partir de meados do século XX, sendo implantados em espaços menos condicionados, na tentativa de polarizar atividades e qualificar novos lugares. Estas âncoras de desenvolvimento têm gerado novas centralidades e, conseqüentemente atraído investimentos públicos e privados, que apostam na urbanização das suas áreas adjacentes. Porém, na última década começou a haver também uma tendência para contrariar a política expansionista praticada nas cidades portuguesas, até então.

As estratégias adotadas para a revitalização dos centros históricos têm passado pela criação de novos complexos de uso coletivo, tanto na reabilitação de edifícios como na consolidação de alguns vazios urbanos ainda existentes.

Os equipamentos coletivos têm sido, assim, implantados na cidade contemporânea por todo o território, assumindo as mais variadas funções e com diversos objetivos, como geradores de novas centralidades, como revitalizadores de espaços urbanos, como elementos de expansão ou até como consolidadores. No entanto, e apesar da sua finalidade, todos eles têm influenciado, direta ou indiretamente, o desenho urbano das cidades.

A investigação realizada acerca desta temática tem incidido, sobretudo, em estudos de morfologia urbana referentes à idade média e à idade moderna. Relativamente à contemporaneidade, este assunto tem sido pouco explorado, certamente, devido à complexidade que as cidades ganharam, sendo o seu desenho influenciado por diferentes fatores de ordem física, social e económica.

A abordagem ao estudo proposto para esta dissertação contemplará o século XX, décadas de 40 e 50, estendendo-se às expansões mais recentes, incidindo na cidade de Viseu. A opção por uma cidade média no contexto nacional, influenciada também por questões de ordem pessoal, procura contrariar a tendência existente para o desenvolvimento de investigação focada nos casos do Porto e Lisboa. Esta escolha é também justificada pelo número de estudos e planos urbanísticos promovidos e elaborados desde meados do século XX, pelo Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Viseu, com especial enfoque nos Planos de Pormenor (PP), a partir de 1988.

Segundo os dados disponibilizados no Sistema Nacional de Informação Territorial da Direcção-Geral do Território (DGT) é possível contabilizar vinte e nove PP para a cidade de Viseu, grande parte consequência da implantação de alguns equipamentos, como veremos adiante.

Esta investigação focar-se-á em quatro estudos de caso no contexto de Viseu – Liceu de Alves Martins, Novo Hospital Distrital de Viseu, Palácio do Gelo e Forum Viseu.

Estes equipamentos desempenharam um papel decisivo na evolução do desenho urbano da cidade, marcando várias épocas, o que permite criar um paralelismo entre cada um e as diferentes fases de crescimento do núcleo urbano viseense.

Os estudos de história urbana existentes sobre a cidade de Viseu estão ligados à época medieval e moderna. Da pesquisa realizada concluí que existe uma monografia referente à dinâmica urbana de Viseu na segunda metade do século XX, mas focada na importância dos planos urbanísticos dos particulares na formação da cidade. Acerca dos quatro estudos de caso, apenas existem investigações sobre o Forum Viseu. É de referir uma publicação feita pelo autor do projeto¹, Joan Busquets, e a dissertação de mestrado de Rui Figueiredo², na qual é tratado o tema do centro comercial como elemento de revitalização.

O objetivo desta investigação é avaliar o papel que os equipamentos desempenharam na cidade de Viseu, no desenho e redesenho da malha urbana a partir da 2ª metade do século XX até à atualidade, assim como na qualificação e regeneração de espaços públicos existentes. Para além disso, e por se tratar de um tema pouco explorado até à data, pretende-se ainda identificar e sistematizar fontes documentais e gráficas que contribuam para o desenvolvimento da história do urbanismo contemporâneo, tanto a nível local como a nível nacional, disponibilizando bases para futuras investigações.

¹ BUSQUETS, Joan; FERREIRA, Helder, *Cidade Antiga e Novo Projecto Urbano, Viseu*. Porto: Edições Caixotim, 2007.

² FIGUEIREDO, Rui Jorge Rodrigues de, *Cidade – Centro Comercial. O centro comercial como elemento de revitalização urbana. Caso de estudo: FORUM VISEU*. Coimbra: [s.n.], 2010. Tese de mestrado: Departamento de Arquitetura da FCTUC.

INFLUÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO DESENHO URBANO

O desenho urbano que as cidades portuguesas adquiriram até aos dias de hoje, foi-se definindo, sobretudo, a partir da influência de alguns elementos que se destacam na malha urbana e têm contribuído para a sua formação e conformação.

Nas considerações feitas por Aldo Rossi em torno dos “factos urbanos”, a cidade é apresentada como um conjunto constituído por diferentes partes, compostas por factos essenciais para a sua evolução, considerados “elementos primários”. Estes, *“de maneira geral são aqueles elementos capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade e, relacionando-os com um território mais vasto, são os elementos que caracterizam os processos de transformação espacial do território. Actuam frequentemente como catalisadores.”* (ROSSI, 2001: 128).

Como já foi referido anteriormente, deste grupo fazem parte todas as construções que representam a esfera pública e constituem, de um modo geral, os equipamentos coletivos.

No contexto nacional, o uso do termo “equipamentos” para designar edifícios com serviços públicos ou com usos de interesse coletivo (público e/ou privado) surge com alguma frequência nos planos urbanísticos a partir de meados da década de 1980, sobretudo, no âmbito dos Planos Diretores Municipais (PDM). Até então e, particularmente, durante o regime do Estado Novo, esse tipo de edifícios era designado, geralmente por “edifícios públicos e de interesse público” ou “instalações de interesse público”.

No entanto, o papel determinante que estes têm na formação e estruturação dos territórios urbanos é tão antigo como o são as próprias cidades.

Segundo Luísa Trindade³, relativamente à época medieval é possível encontrar em praticamente todos núcleos urbanos portugueses elementos essenciais ao ato de *fazer cidade*, muito embora se detetem com maior facilidade no conjunto de vilas portuguesas de fundação que sofreram ações de povoamento neste período. O programa funcional deste conjunto de vilas estava circunscrito a um número limitado de elementos configuradores – muralha, igreja e casario.

A muralha, equipamento defensivo, constituiu-se como a primeira grande estrutura de identidade da cidade medieval. Este limite urbano desempenhou um papel mandatário, influenciando tanto o desenho urbano intramuros como o desenho urbano extramuros. Se numa fase inicial da fundação das vilas novas a disposição dos restantes elementos ficou condicionada pela sua delimitação no terreno, posteriormente, assistiu-se a um crescimento urbano junto ao seu limite exterior, seguindo rigorosamente a sua forma. Exemplo disso foram os casos de Viana da Foz do Lima e Vila Nova de Cerveira (Fig. 1).

A praça, com origem nas feiras e nos mercados, também se destacou nas cidades da Idade Média, contudo, foi no Renascimento que esta assumiu definitivamente o seu carácter centralizador. Símbolo da vida coletiva, concentrou em torno do seu perímetro diversos equipamentos públicos, conferindo-lhes grande individualidade e expressão no seu posicionamento urbano.

Até ao século XIX, os equipamentos estavam concentrados em pontos urbanos privilegiados e centrais, acompanhando a forma compacta que as cidades mantiveram até essa época. A sua expansão pelo território começou a fazer sentir-se em meados deste século, com o início da Revolução Industrial em Portugal. Apesar do considerável atraso face aos restantes países europeus, desenvolveram-se os transportes e a indústria portuguesa, provocando consequências diretas nos padrões de ocupação do território, principalmente, nas regiões litorais de Lisboa e Porto.

Com um interior pouco evoluído e falta de oferta de emprego, aumentou a procura das cidades litorais, obrigando-as a expandir-se periféricamente para dar resposta ao aumento demográfico e habitacional dos seus centros urbanos.

³ TRINDADE, Luísa, *urbanismo da composição de Portugal*. Coimbra: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

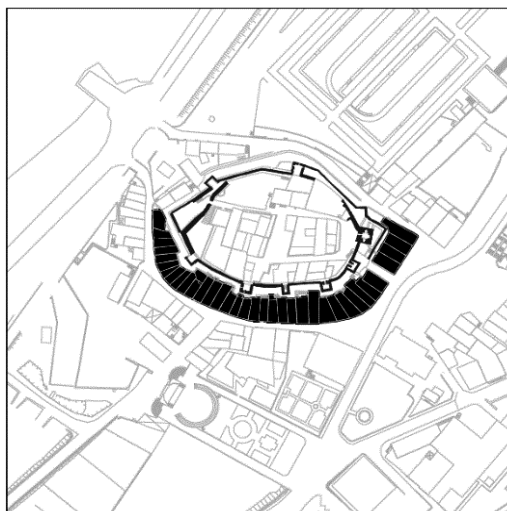
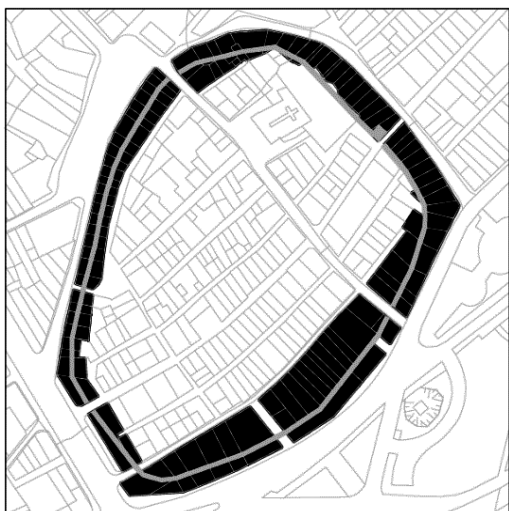


Fig. 1 Influência da muralha no desenho urbano. À esquerda reconstituição do núcleo medieval de Viana da Foz do Lima. À direita reconstituição do núcleo medieval de Vila Nova de Cerveira. Luísa Trindade, 2009: 161 e 162.

Fonte: TRINDADE, Luísa, urbanismo da composição de Portugal. Coimbra: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Assistiu-se, desta forma, a um acelerado processo de urbanização, principalmente nas duas metrópoles portuguesas, que viram as suas áreas suburbanas crescer de forma desregulada e sem estratégias eficazes para dar resposta a este crescimento urbano. O território suburbano passou, assim, a caracterizar-se por densas manchas habitacionais, marcadas pela falta de infraestruturas, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento da vida urbana.

É neste contexto que, em 1852, se começam a desenvolver as primeiras políticas de fomento de obras públicas do país, dando-se início à preparação de um suporte administrativo próprio que ganhou forma com a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Este Ministério ficou a cargo de António Maria de Fontes Pereira de Melo, impulsionador da primeira fase de obras públicas do país, mais conhecida pelo “Fontismo”.

A estratégia de Fontes Pereira de Melo focou-se na evolução das infraestruturas de transporte e das vias de comunicação. Desenvolveu-se a rede viária e iniciou-se a construção da rede de caminhos-de-ferro, que se mantém até aos dias de hoje. Aos poucos, as obras viárias foram abrangendo todo o país, tendo tido grande impacto em cidades como o Porto, com a construção da ponte ferroviária sobre o Rio Douro, ligando o norte ao sul, ou em cidades de menor dimensão, que viram a sua rede viária ser renovada, como foi o caso de Viseu, adiante tratado com detalhe.

Partiu-se, assim, para a infraestruturização do país, no entanto, mantiveram-se as situações de carência ao nível dos equipamentos coletivos. É de notar que só a partir de 1934, ano em que foi criada a figura do Plano Geral de Urbanização (PGU), se registou um aumento significativo de propostas para a construção de novos edifícios públicos, propostas essas que se viriam a concretizar na maior parte dos casos. Com os PGU, determinou-se que todos os núcleos urbanos enquadrados nas disposições do decreto⁴ que os criou, ficariam obrigados a fazer o seu plano. Esta evolução no planeamento urbano, em Portugal, aliada às acentuadas mudanças que se começaram a fazer sentir no início do século XX, tanto a nível social como a nível político e cultural, influenciou a forma de pensar as cidades, refletindo-se também

⁴ Decreto – Lei nº 24802, de 21 de Dezembro de 1934.

num aumento substancial das propostas para a construção de novos edifícios públicos.

Nos planos elaborados entre 1934 e 1954 para algumas cidades portuguesas, denota-se uma clara preocupação na renovação e construção de novos equipamentos, implantando-os tanto em zonas por consolidar, como em áreas de expansão de forma a dar continuidade ao restante tecido urbano envolvente, como veremos adiante.

Este novo olhar sobre o território português em busca de um novo conceito de cidade que respondesse às exigências e necessidades da população ganhou ênfase após o 1º Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948.

Os princípios urbanísticos seguidos pelos PGU elaborados durante as décadas de 30 e 40 foram fortemente criticados devido ao seu lado tradicionalista, onde, no geral, as propostas apresentadas seguiam a ideia da *cidade-jardim*, caracterizada pelas habitações unifamiliares que se desenvolviam ao longo de inúmeros e extensos arruamentos. No congresso chegou-se à conclusão de que se deveriam seguir os princípios orientadores expressos na Carta de Atenas⁵, tanto para as novas edificações como na elaboração dos planos de urbanização.

No seio dos vários debates do congresso destacou-se Viana de Lima, ao defender uma arquitetura funcional e racionalista e um novo conceito de cidade assente num espírito coletivista que procurava a melhoria das condições de vida e a evolução cultural da sociedade, apostando-se em bairros bem organizados e dotados com novos equipamentos modernos, integrando-os estruturalmente no processo de desenvolvimento urbano da cidade.

O congresso marcou, desta forma, uma fase de viragem na forma de pensar a arquitetura e o urbanismo em Portugal, colocando um ponto final na 2ª fase de obras públicas do país, iniciada em 1934 com a implementação dos PGU. A partir de 1948 dá-se início à 3ª fase de obras públicas que ficou marcada pela edificação e renovação de importantes equipamentos, de iniciativa privada, pública ou mista, onde a cultura assumiu um papel preponderante, sobretudo a partir de 1974, com a queda do regime ditatorial Salazarista.

⁵ A Carta de Atenas, uma síntese das conclusões do CIAM de 1933, foi redigida por Le Corbusier e publicada em 1945.

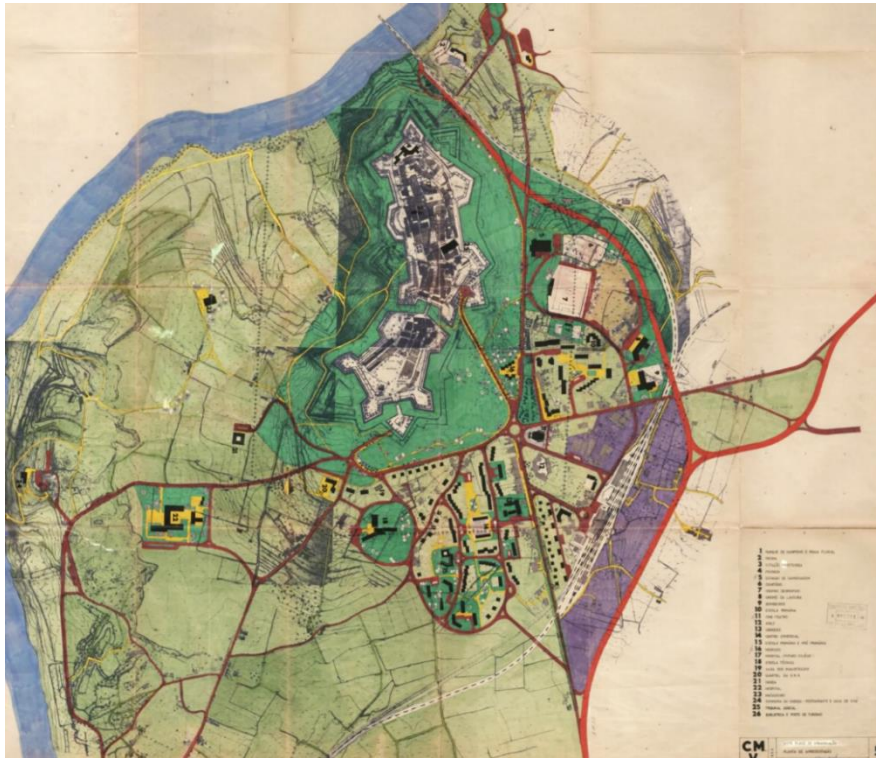


Fig.2 AU de Valença, Planta com os equipamentos públicos definidos para as várias zonas de expansão em torno do núcleo central, Viana de Lima, 1966. DGT.



Fig. 3 PP de Expansão urbana de Vila da Feira, Planta de Zonamento, Viana de Lima, 1976. DGT. Suse Almeida, 2014. A- Zona de Equipamento Público existente; B – Zona de Equipamento Público proposto.

O acesso por parte da população a direitos cívicos que antes lhes eram negados, como a educação, a saúde e o lazer, serviram de impulso para o desenvolvimento e concretização de diversos programas de equipamentos coletivos que foram sendo colocados de forma estratégica pelo território.

Houve um aumento significativo de centros culturais, museus, bibliotecas e teatros, tal como de edifícios que satisfizessem as necessidades básicas da população, como hospitais e escolas, mas apesar disso, em número insuficiente.⁶

Quanto aos equipamentos existentes, ou funcionavam mal, ou se encontravam em estado de degradação, o que levou Luz Valente Pereira a fazer algumas considerações a este respeito, no relatório publicado, em 1983 - *“Os equipamentos colectivos e a transformação urbano-rural”*.

A arquiteta apresentou os equipamentos como uma forma de urbanizar o território, contribuindo não só para a revitalização de áreas rurais, como também de espaços urbanos. Propôs que fossem vistos como um meio de atenuar as diferenças e os desequilíbrios territoriais que se faziam sentir entre o espaço urbano-rural e, a partir daí, que a sua implantação fosse feita de forma estratégica, pensando o edifício em conformidade com o espaço onde está inserido.

De facto, ao longo dos anos, tem-se apostado neste tipo de estratégia. Os equipamentos coletivos têm sido implantados por todo o território, contribuindo para a sua urbanização e, conseqüentemente, para a evolução do seu desenho urbano. No entanto, esta evolução pode ser interpretada na estrutura urbana de diferentes formas.

Vejamos, por exemplo, a proposta apresentada por Gonçalo Byrne para o Centro Cultural de Belém (CCB). Apesar do projeto vencedor ter sido o da equipa Vittorio Gregotti/ Manuel Salgado, a proposta de Byrne distingue-se perante os restantes projetos apresentados com as seguintes características que importa aqui relevar.

O local de implantação do CCB era um vazio urbano marcado por uma envolvente, onde se destaca o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém.

⁶ GRANDE, Nuno Alberto Leite Rodrigues, *Arquitecturas da cultura: política, debate, espaço: génese dos grandes equipamentos culturais da contemporaneidade portuguesa*. Coimbra: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento: Departamento de Arquitetura da FCTUC.

O arquiteto adotou uma postura “anti-monumentalista”, mantendo a escala dos edifícios envolventes e encarando o equipamento como uma oportunidade de desenhar cidade e não como mais um elemento a destacar-se na malha urbana de um local carregado com tanto simbolismo.

Byrne desenha o edifício a partir de vários volumes que vão delineando ruas, dando continuidade à malha urbana envolvente. Neste caso, o próprio equipamento procura ser cidade.

“A ideia era nitidamente não fazer um grande edifício, nem o chamado grande monumento, mas a de fazer um pedaço de Cidade.” [Gonçalo Byrne citado por Nuno Grande (GRANDE, 2009: 379)]

Porém, os equipamentos podem assumir outras facetas, como será possível observar a partir dos estudos de caso desenvolvidos ao longo da dissertação.

Contrariamente à proposta de Gonçalo Byrne para o CCB, estes podem surgir na malha urbana como objetos arquitetónicos individuais. Neste tipo de casos podemos englobar as variantes que se seguem.

O equipamento como elemento de continuidade entre a malha da cidade e futuras áreas de expansão, contribuindo para a definição de espaços ou arruamentos em parte já delineados. Este exemplo é retratado pelo Liceu de Alves Martins, colocado numa área de expansão da cidade com o intuito de dar continuidade à malha urbana já consolidada e compacta do núcleo central de Viseu.

A sua implantação pode ser também feita em espaços descongestionados e sem um desenho urbano visível, na tentativa de polarizar atividades e qualificar novos lugares. Este tipo de situação é representada pelo Hospital Distrital de Viseu e o Palácio do Gelo e dos Desportos.

Para além dos casos de expansão, a sua influência no desenho urbano pode ainda sentir-se nas situações de consolidação urbana. Surge como exemplo o Forum Viseu que veio desenhar um quarteirão da cidade e serviu de impulso para o redesenho das suas áreas envolventes.

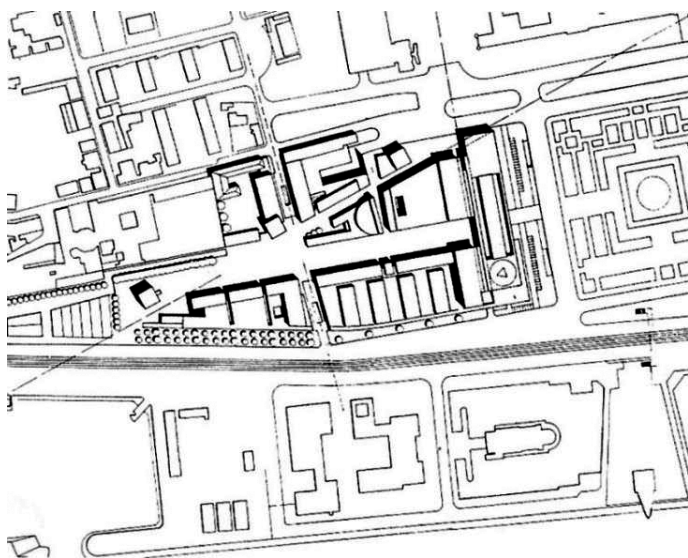


Fig. 4 Proposta de Gonçalo Byrne para a implantação do CCB, Gonçalo Byrne, 1988: 30.

Por fim, os equipamentos podem também surgir como monumentos, atuando na patrimonialização da cidade. Este tipo de casos é comum nas situações em que ocorrem demolições ou se redesenham espaços com o intuito de valorizar determinados edifícios com valor histórico ou arquitetónico e, conseqüentemente, as suas áreas envolventes. Esta prática tornou-se comum, em Portugal, nas intervenções desenvolvidas junto do património arquitetónico classificado levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) entre 1929 e 1960.⁷

O tema das âncoras de desenvolvimento pode ser, assim, encarado de diferentes formas. O mais vulgar é os equipamentos surgirem como âncoras, contudo, a sua influência no desenho urbano pode ir mais além do que isso causando os mais variados impactos.

⁷ NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Lisboa: [s.n.], 1996. Tese de Doutoramento em História de Arte: Universidade de Lisboa.

O URBANISMO EM PORTUGAL A PARTIR DO SÉC. XX

“A partir dos finais do século XIX, o urbanismo foi-se afirmando em Portugal como uma prática social organizada e, ao nível institucional, surgem os primeiros planos Gerais de Melhoramentos, que constituem um marco na história do urbanismo Português.” (Urbanistas Estrangeiros em Portugal: 1930 – 1960. Lisboa: DGOTDU, 2005)

Até meados do século XIX as cidades portuguesas foram-se desenvolvendo sem instrumentos de planeamento urbano eficazes, estruturando-se a partir da topografia do terreno e de um programa mínimo que foi evoluindo com o passar dos anos.

Apesar do aparecimento da figura do Plano Geral de Melhoramentos (PGM) como tentativa de resposta a esta situação ter sido um passo importante para a evolução do urbanismo em Portugal, essa evolução apenas se sentiu com maior impacto no século XX, com os PGU. Estes instrumentos tornaram-se na grande base de trabalho para o planeamento do território português, que começou a ser pensado como um objeto que carecia de planeamento. Apesar de terem também uma componente regulamentar, os PGU, assumiram-se, acima de tudo, como planos de desenho, tornando-se, desde então, nos principais instrumentos orientadores da transformação de alguns dos aglomerados do País.

2.1 Os Planos Gerais de Melhoramentos

Como já foi referido anteriormente, as transformações que ocorreram na ocupação do território português no decurso do século XIX, como consequência do grande ritmo de crescimento das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, incentivaram a criação de instrumentos de gestão urbanística para o planeamento destes aglomerados urbanos.

No ano de 1865 foi, assim, publicado um diploma (Decreto-Lei de 31 de Dezembro de 1864), com a figura do PGM. Este diploma focou-se nas cidades de Porto e Lisboa, obrigando os seus municípios à elaboração de planos que estabelecessem uma visão conjunta das intervenções a desenvolver nas duas cidades. Para as restantes povoações a legislação definiu também regras, contudo, deixou ao critério de cada município a elaboração ou não de planos de melhoramentos. Apesar desta flexibilidade, foram várias as câmaras municipais que, ainda em oitocentos, desenvolveram planos, começando por recorrer à cartografia geral dos respetivos núcleos urbanos.

Segundo Mário Gonçalves Fernandes⁸, entre as plantas conhecidas dos aglomerados urbanos portugueses, podem encontrar-se exemplares cartográficos com levantamentos e a representação de cidades como Viana do Castelo, Lisboa, Guimarães ou até mesmo Viseu, no ano de 1864, como será analisado no próximo capítulo.

Embora se tenha notado uma evolução no urbanismo português, introduzida pelos PGM, estes relacionaram-se mais com questões higienistas e de “melhoramentos” do espaço público.

A necessidade de criar planos de conjunto, que ordenassem os aglomerados como um todo, articulando as mais variadas funções (rede viária, habitação, equipamentos, etc.) levou à criação de uma nova figura de plano.

⁸ FERNANDES, Mário G., *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal – 1852/1926*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2002.

2.2 Os Planos Gerais de Urbanização

Em 1934 foi publicado um novo diploma (Decreto – Lei nº 24802, de 21 de Dezembro de 1934) com a figura do PGU, resultado de uma iniciativa liderada pelo Engenheiro Duarte Pacheco.

Ao estabelecer a obrigação da concretização destes planos, com o Decreto – Lei nº 24802, Duarte Pacheco procurou desenvolver o território português. Para tal promoveu a localização de novos equipamentos, de infraestruturas viárias e de serviço, criando zonas centrais em “*pequenos aglomerados de crescimento orgânico*”⁹, em busca de uma imagem urbana uniforme que se identificasse com o regime vigente.

Atribuiu, assim, às Câmaras Municipais plenos poderes para assumirem o planeamento do seu território, no entanto, a inexistência de bases cartográficas atualizadas atrasou o início da elaboração dos planos de urbanização. Este atraso traduziu-se num desencontro entre as ideias iniciais apresentadas no diploma de 1934 e a gestão feita pela Administração Central, que a partir de 1946, passou a considerar as propostas de planos apresentadas como anteplos.

Esta designação tornou-se definitiva em 1946¹⁰, passando o anteplo a ser considerado um documento suficiente para gerir o desenvolvimento urbano.

De acordo com Margarida Souza Lôbo, em 1948 encontravam-se já aprovados 28 anteplos, tendo servido alguns deles como instrumentos orientadores para a evolução dos aglomerados urbanos. Exemplo disso foram os anteplos de urbanização de Castelo Branco, Guarda e Viseu, a seguir apresentados.

João António de Aguiar foi um dos urbanistas portugueses mais solicitados entre as décadas de 40 e 70, ocupando-se da quase totalidade das capitais de distrito do país. É de notar nos seus projetos uma constante preocupação pela modernização da rede viária e uma procura pela consolidação e reestruturação do tecido urbano, para o qual propõe a renovação ou construção de equipamentos de carácter coletivo.

⁹ LÔBO, 1993: 49

¹⁰Decreto-Lei nº 35.031 (1946)

Os PGU acabaram, desta forma, por se tornar na grande base de trabalho para o planeamento da cidade portuguesa, contribuindo para a sua evolução conceptual e morfológica, sendo de referir que alguns deles tiveram tradução direta na realidade.

2.2.1. Os equipamentos coletivos e os anteplos de urbanização: Castelo Branco e Guarda

Os anteplos de Castelo Branco e da Guarda foram elaborados pelo urbanista João António de Aguiar. A sua estrutura base assentou na permeabilização da cidade existente de forma a promover a sua vitalidade, o seu desenvolvimento e a integrá-la a nível regional.

O anteplo de Castelo Branco foi finalizado em 1945. João Aguiar procurou orientar o desenvolvimento da cidade, reestruturar e definir uma rede viária sólida, fixar novas áreas centrais e ampliar e criar espaços livres públicos.

Em torno da cidade traçou um anel periférico, que se tornou no principal ponto distribuidor do tráfego urbano.

Para o núcleo medieval o urbanista propôs também algumas intervenções, começando pela demolição de pequenas habitações de maneira a valorizar os edifícios de maior destaque. É de referir que este tipo de situação pode ser vista como uma das formas de influência dos equipamentos coletivos no desenho urbano, como já foi referido no capítulo anterior.

Relativamente às novas áreas de expansão, delimitadas pela via periférica, foi estabelecida a implantação de edifícios oficiais e de interesse público de maneira a criar um novo centro cívico.

Comparando a planta de 1945 com a cidade atual, nota-se a influência de algumas das propostas apresentadas no PGU, sobretudo no desenho viário. A via periférica foi construída, contudo, não seguiu rigorosamente o traçado definido no plano. Relativamente às áreas de expansão denota-se claramente o desenho proposto por Aguiar na divisão de quarteirões, principalmente, na envolvente ao Liceu Nuno Alvares (Fig.5). Já a construção dos edifícios públicos propostos ficou um

pouco longe do que foi projetado. Partindo de uma análise genérica é possível observar que apenas nas zonas A, B, C e D (Fig. 5), foram construídos equipamentos públicos, embora com funções diferentes das propostas por Aguiar.

No final da década de 40, o urbanista finalizou ainda o AU para a cidade da Guarda, que data de 1949. Uma vez mais o antepiano focou-se na reestruturação da rede viária, procurando estabelecer continuidade entre o núcleo medieval e as áreas exteriores a este. O seu grande objetivo passou por criar uma rede de comunicações sólida e eficaz.

Propôs também a conformação de um centro cívico com a construção de novos equipamentos capazes de albergar serviços oficiais e de interesse público, que de uma maneira geral se encontravam mal instalados pela cidade. Foram vários os edifícios projetados, desde a Câmara Municipal, o Governo Civil, a Central de Camionagem, os C.T.T., entre outros. Os novos equipamentos foram implantados um pouco por toda a cidade.

Enquanto que em Castelo Branco se encontra apenas uma leve influência do PU elaborado em 1945, na cidade da Guarda o desenho proposto por Aguiar foi notoriamente seguido.

Para além de este ter servido de base para o planeamento estrutural da malha urbana da cidade, o grande número de equipamentos estabelecidos tiveram também tradução real, estando estes assinalados na Fig. 6 com as letras A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L e M. A sua construção permitiu, assim, conformar o um centro cívico.

Efetivamente, denota-se em ambos os antepianos um diálogo permanente entre a cidade e os edifícios públicos, que mais tarde passaram a ser designados como equipamentos coletivos. Apesar de nas duas propostas haver uma grande preocupação com a estruturação de uma malha viária sólida e organizada, é de notar que essa rede viária estava também dependente da implantação de alguns edifícios coletivos, que foram, assim, contribuindo para o desenho urbano de cada espaço. A sua implantação foi feita de forma a conformar zonas centrais e também a desenvolver áreas de expansão. No caso de Castelo Branco a influência destes esteve também nas demolições feitas no núcleo central da cidade, com o objetivo de valorizar alguns edifícios com valor histórico e arquitetónico.

Todas estas questões, desde a preocupação em conformar um centro cívico com as propostas para a reabilitação e construção de novos edifícios públicos à estruturação da rede viária, foram também abordadas no AGU de Viseu, que será apresentado com detalhe na segunda parte desta dissertação.

2.3 A evolução dos instrumentos de planeamento

A partir de meados do século XX, as cidades começaram a perder a sua forma compacta, expandindo-se pela periferia. A maior parte dos planos acabaram por deixar de ter capacidade para responder a este crescimento periférico. Foi assim, nesta fase, que as questões de desenho urbano que caracterizaram os AGU se começaram a perder, partindo-se para um urbanismo à escala regional com um carácter mais estratégico e regulamentar.

A necessidade de criar instrumentos de planeamento estratégico que controlassem o crescimento das cidades e criassem uma rede urbana coerente fez com que, em 1982, se criasse a figura do Plano Diretor Municipal (Decreto-Lei nº 208, de 25 de Maio de 1982), base da gestão urbanística local.

No entanto, as políticas urbanas continuaram a desenvolver-se, começando a dar-se uma maior atenção ao planeamento regional. Em 1983, surgem os Planos Regionais de Ordenamento do Território, que passam a ter um papel preponderante nas estratégias de desenvolvimento territorial a nível regional, integrando as opções definidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, assumidas pelos PDM. Estes planos tornaram-se no quadro de referência para o desenvolvimento do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) no ano de 2007.

O PNPOT *“(...) estabelece as opções e as directrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes de infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural”*. (Relatório PNPOT, p. 3)

As práticas de gestão urbanística foram, assim, evoluindo e, em 2007, Portugal passa a dispor de toda a cascata de instrumentos que permitem gerir o território, a nível nacional, regional e local, e que assentam em políticas sustentáveis de desenvolvimento.



Fig. 7 Núcleo medieval viseense. Suse Almeida, 2014.

O CASO DE VISEU

3.1 Enquadramento regional e caracterização geográfica

Atualmente, Viseu assume-se como uma das maiores cidades médias no contexto nacional, com valores de densidade populacional a excederem o dobro do valor da densidade populacional da Região Centro.¹¹

Capital do distrito e da província da Beira Alta, Viseu localiza-se na região centro num ponto de encruzilhada onde convergem alguns dos eixos rodoviários mais importantes do norte do país – A24, A25, IP3 e IP5. O desenvolvimento ocorrido ao longo dos anos na cidade deve-se, em grande parte, à sua localização geográfica, funcionando como charneira de ligação entre dois eixos e duas economias – litoral (distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria) e interior (distritos da Guarda e Castelo Branco). Esta centralidade tem vindo a atrair investimentos industriais de pequena dimensão, contudo a atividade terciária prevalece, sobretudo o comércio.

¹¹ Segundo os dados do INE, em 2011, a densidade populacional na Região Centro era de 82,5 hab/km². No município de Viseu, no mesmo ano, os valores atingiram os 195,8 hab/km².

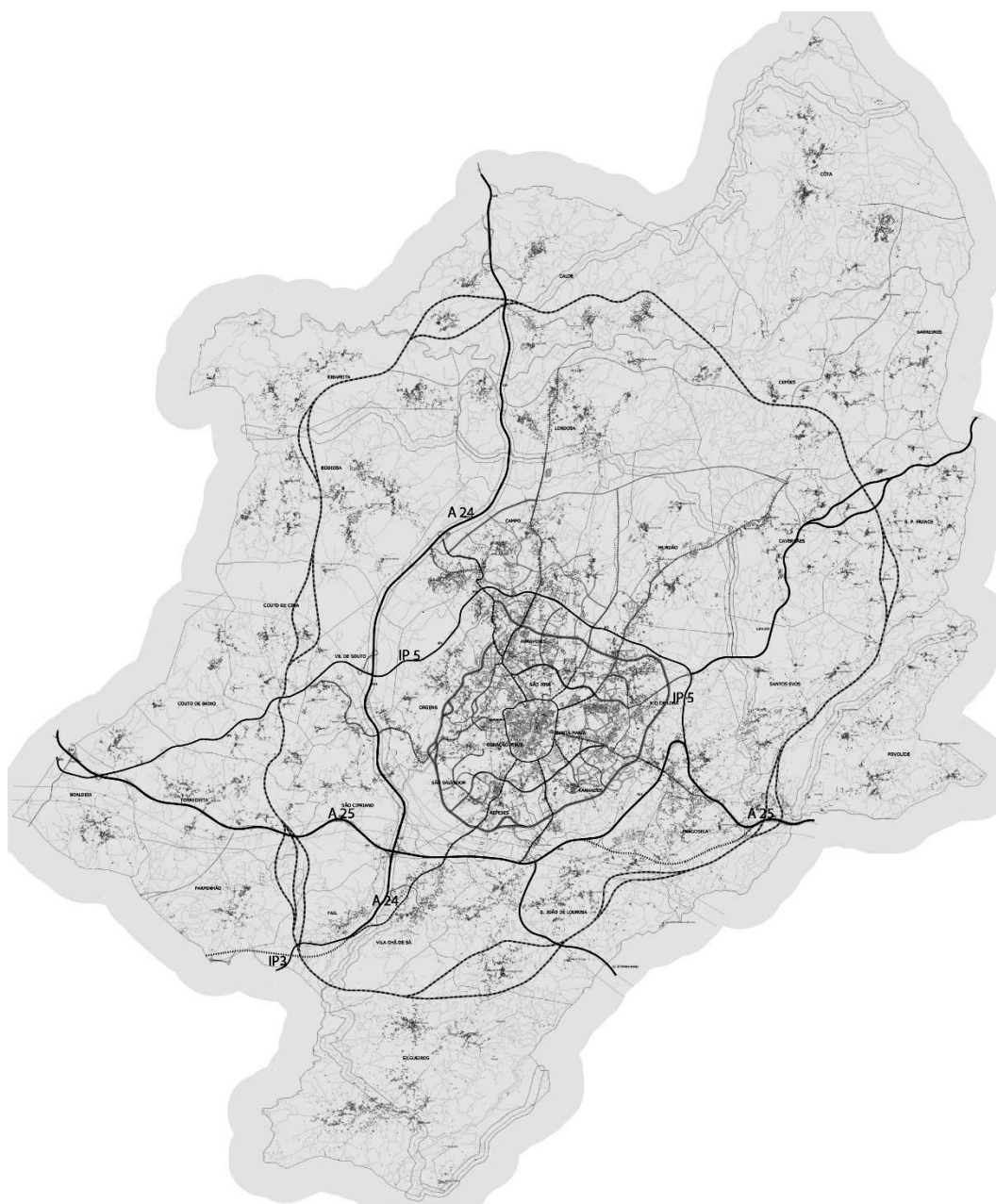


Fig. 8 PDM 2013 de Viseu - Planta de Ordenamento - Rede Rodoviária de Viseu, CMV, 2013. DGT.

A cidade tem uma forma urbana radioconcêntrica, constituída por radiais que convergem do centro e são ligadas por circulares.

O centro histórico sobressai na malha urbana como um conjunto compacto e afirmado, sendo pontuado pela Sé Catedral, a Igreja da Misericórdia e o Museu Grão Vasco, edifícios que se destacam do casario medieval.

A restante cidade envolvente forma o núcleo central de Viseu e encontra-se consolidada até ao perímetro da circunvalação. A partir daí a cidade tem uma forma indefinida e irregular, não se reconhecendo os seus limites. As infraestruturas de mobilidade têm acompanhado este crescimento, existindo já uma proposta para a construção de uma 2ª circular no PDM 2013. Contudo, este crescimento viário tem deixado um vasto território por consolidar.

3.2 Evolução Urbana

3.2.1 Fundação da Cidade

A localização geográfica de Viseu, aliada às condições de subsistência e ao cruzamento de importantes vias estruturantes (como já foi referido anteriormente), que remontam à época dos romanos, foram fatores relevantes para a sua fundação.

O seu primeiro esboço urbano desenvolveu-se com a chegada dos romanos à região, ficando marcado por um urbanismo ortogonal, no qual o cardo e o decumanos deram origem aos principais itinerários da cidade, influenciando o crescimento da restante rede viária.

“Esta importância estratégica e central do território onde assenta Viseu, descobriram-na os romanos e a rede viária, apertada e eficaz que eles construíram marcou-se desde Viseu.” (CORREIA, 1989: 12)

O século XVI foi determinante para a fisionomia da cidade. Já com o perímetro muralhado construído à sua volta, começou a consolidar-se o ponto mais alto e central do núcleo medieval, onde se localizavam os edifícios administrativos. Ao Adro da Sé, delimitado pela Sé Catedral e o aljube eclesiástico, juntou-se a Igreja da Misericórdia e o Seminário da Nossa Senhora da Esperança. O restante espaço

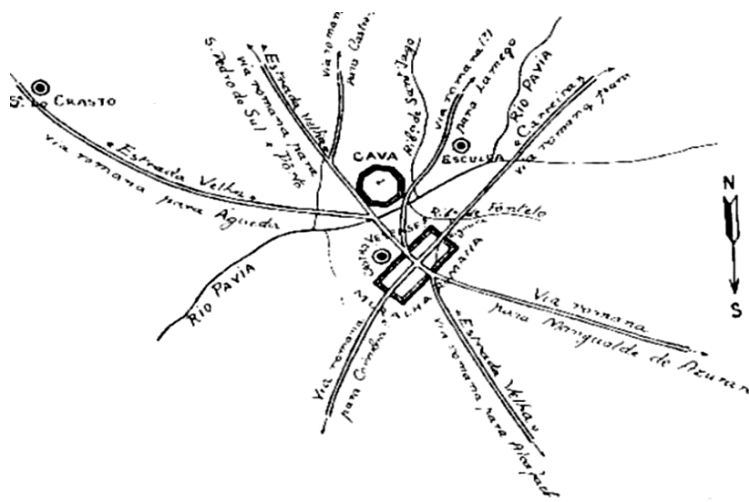


Fig. 9 Viseu no tempo dos romanos. Amorim Girão, 1925.

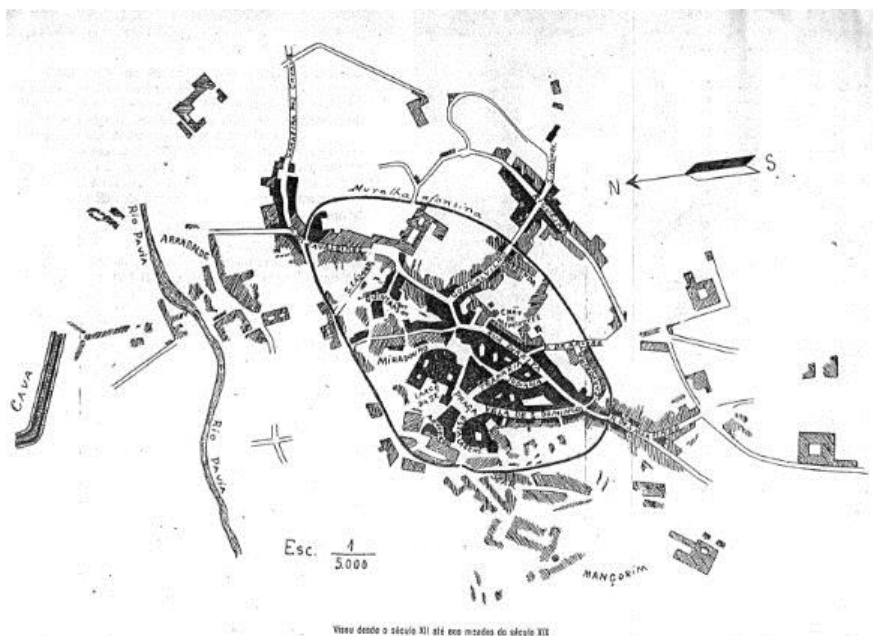


Fig. 10 Viseu desde o século XII até meados do século XIII. Amorim Girão, 1925.

Fonte: Fig.9, Fig10 - GIRÃO, Aristides de Amorim – Viseu: Estudo de uma aglomeração urbana. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.

urbano foi sendo preenchido maioritariamente por habitações, transformando-se no conjunto consolidado e compacto que é hoje.

A partir do século XIX a morfologia e a localização do centro urbano alterou-se. Verificou-se um crescimento extramuros significativo e deu-se início ao desenvolvimento de alguns melhoramentos urbanos, sobretudo após a década de 50.

A rede viária foi renovada e surgiu uma nova centralidade no exterior da muralha, *“onde se estabelece a Praça da República (Rossio) e para onde convergem avenidas largas e modernas com edifícios de três ou quatro pisos, [...]”* (ALMEIDA, 2000: 46)

Os serviços político-administrativos passaram a localizar-se nesta nova área, tendo sido concentrados maioritariamente no novo edifício da Câmara Municipal.

Construíram-se também diversos equipamentos estruturantes – Escola do Ensino Mútuo, na Rua Direita, em 1866; Mercado 2 de Maio, em 1877; Cemitério novo junto ao Hospital da Misericórdia, fora do perímetro da Muralha Afonsina. O espaço público foi alvo de algumas intervenções pontuais, como por exemplo, a instalação de mobiliário urbano, de saneamento básico e a requalificação de jardins e áreas verdes existentes.



Fig. 11 Mercado 2 de Maio, séc. XIX. Postal editado por A. Ferreira, anos 20.



Fig. 12 Sé e Museu Grão Vasco. Postal da Comissão de Iniciativa e Turismo, anos 30, séc. XIX.

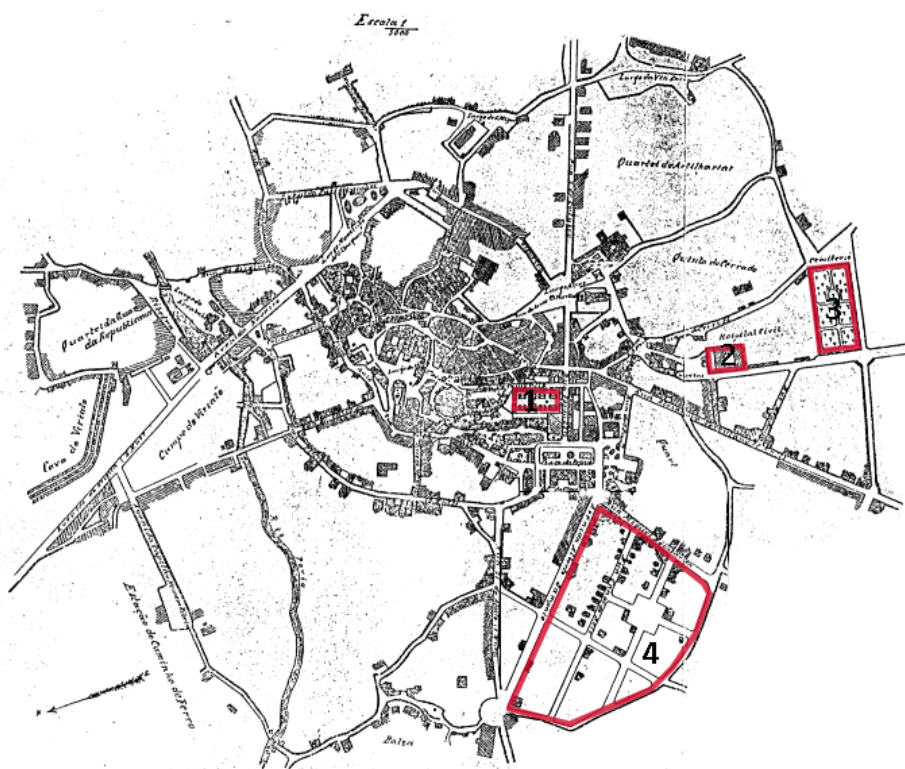


Fig. 13 Viseu no início do século XX, meados de 40. Amorim Girão, 1925. Suse Almeida, 2014.
1- Mercado 2 de Maio; 2- Hospital da Misericórdia; 3- Cemitério Novo; 4- Massorim

Fontes: Fig.11, Fig.12 – [Em linha] [Consult. 02-03-2014]. Disponível em <http://cm-viseu.pt/guiaareabcentrohistorico/index/index.php>; Fig.13 - GIRÃO, Aristides de Amorim – Viseu: Estudo de uma aglomeração urbana. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.

3.2.2 Do século XX até às expansões mais recentes

Em 1919, deu-se início à elaboração de um pioneiro Plano de Melhoramentos para a cidade, executado pelo Capitão Almeida Moreira, na época Vice-Presidente da Câmara Municipal. O Plano abrangeu um vasto programa de obras públicas de primeira necessidade, onde se destacou a abertura e o alargamento de diversas ruas e avenidas, a construção de infraestruturas de saneamento, água e iluminação, assim como de equipamentos escolares, culturais e desportivos.

A cidade evoluiu e modernizou-se, crescendo tanto a nível económico como social. Contudo, os acessos ao centro urbano continuaram a ser escassos e ineficazes para responder à crescente circulação rodoviária.

O significativo desenvolvimento que se fez notar nas primeiras décadas do século XX, aliado à criação da legislação sobre os PGU¹², que alguns municípios estavam obrigados a concretizar para os núcleos urbanos, fez com que se desse início, em 1935, à elaboração de um Plano de Urbanização para a cidade, que foi executado pelo Engenheiro António Bonfim Barreiros.

A ideia do plano era que a cidade fosse pensada de maneira global, não se cingindo apenas a propostas de melhoramentos urbanos pontuais. Para isso, era necessário criar uma rede viária urbana bem definida e flexível desde a parte antiga até às novas zonas de expansão. António Barreiros propôs, deste modo, a construção de uma circular (redesenhada, mais tarde, por João Aguiar) que unisse as artérias radiais que partiam do centro para a periferia, começando assim, a desenhar-se o modelo urbano radioconcêntrico de Viseu.

A cidade começou a expandir-se para as áreas a nascente, sul e poente (devido às ótimas condições naturais do lugar), procurando urbanizar-se. Aí nasceu o Bairro de Massorim (Fig. 13) e desenvolveu-se o primeiro estudo para a urbanização de Marzovelos, partindo de uma modelação do espaço em quarteirões de dimensão variada. No quarteirão de maior dimensão viria a ser implantado o Liceu de Alves Martins.

¹² Decreto – Lei nº 24802, de 21 de Dezembro de 1934



Fig. 14 Anteplano Geral de Urbanização de Viseu, Planta de Urbanização, João António de Aguiar, 1950.DGT

No plano distinguiam-se três zonas para a cidade, que se dividiam de acordo com o tipo de construção e a função dos edifícios. Na zona central destacavam-se os edifícios político-administrativos, financeiros, culturais e turísticos. Na zona intermédia, onde foi edificado o Liceu, estavam projetadas as novas urbanizações. Na periferia localizavam-se edifícios como o matadouro, o aquartelamento militar, os cemitérios, a estação agrária, etc.

Quanto a equipamentos a construir, não foram feitas propostas relevantes, embora a cidade continuasse a ter carências a este nível – não dispunha de uma central de camionagem nem de um hotel de primeira classe.

O plano focou-se principalmente na organização da estrutura viária com o objetivo de dar mais fluidez à circulação intra e inter-urbana do automóvel, introduzindo algumas das ideias que João Aguiar viria a desenvolver, a partir de 1947. Segundo informação do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Viseu não é possível encontrar os esboços realizados para este estudo.

3.2.2.1 Antepiano Geral de Urbanização de Viseu

O AGU de Viseu, elaborado por João António de Aguiar, foi iniciado em 1947, estando pronto passados três anos.

Após um estudo cuidado, o urbanista começou por enumerar os problemas que necessitavam de resolução urgente, assumindo como prioritário o descongestionamento da área central da cidade.

A circulação intra-urbana e os acessos regionais, que se encontravam por resolver, constituíram assim, as questões principais do plano.

Aguiar desenvolve a estrutura base da cidade, alargando e abrindo novos arruamentos que partem do centro para a periferia e se cruzam perpendicularmente com a via periférica, proposta anteriormente pelo engenheiro António Barreiros. O desenvolvimento desta circular foi um dos maiores contributos deste plano, ajudando a diminuir e a redistribuir tanto o tráfego de atravessamento como o de penetração no centro cívico.



Fig. 15 Vista sobre o Adro da Sé definido pela Sé Catedral, a Igreja da Misericórdia e o Museu Grão Vasco. AGU de Viséu, Memória Descritiva e Justificativa, 1950:87. DGT.



Fig. 16 Vista geral sobre Viséu. AGU de Viséu, Memória Descritiva e Justificativa, 1950:85. DGT

Fonte: Fig.15, Fig.16 – AGUIAR, João António, Antepiano Geral de Urbanização de Viséu: DGT, 1950.

O núcleo antigo da cidade encontrava-se lotado e os seus edifícios eram insalubres, de um modo geral. No entanto, destacavam-se várias construções com interesse histórico e arquitetónico que o urbanista propõe reabilitar, valorizando também os espaços à sua volta, sendo de referir o conjunto formado pela Sé Catedral, a Igreja da Misericórdia e o Museu Grão Vasco. Estes monumentos atraíam vários turistas e era, por isso, importante criar acessos qualificados.

Foram, assim, propostas algumas demolições para o alargamento e a abertura de novos arruamentos com o intuito de valorizar e melhorar os acesos e as áreas adjacentes aos edifícios históricos localizados na área central da cidade. Aguiar redesenha o perfil da rua do Comércio, partindo da demolição de alguns dos edifícios que definiam a sua silhueta.

Apesar das ideias apresentadas não terem tido tradução real, pode encarar-se esta situação como uma das facetas da influência dos equipamentos no desenho urbano, tratando-se este caso dos efeitos provocados pela patrimonialização dos monumentos, como vimos no início da dissertação.

Com uma rede viária bem desenhada, o urbanista procurou organizar e ampliar as áreas de interesse existentes fora do núcleo antigo, pontuadas também por alguns equipamentos de considerável dimensão – Hospital, Seminário, Liceu e o Colégio (Fig. 13).

Na época, o Liceu era um dos edifícios que mais se destacava na cidade e a sua construção deu origem a diversos estudos para a sua envolvente, assunto desenvolvido no próximo capítulo.

Na restante cidade existiam áreas bem caracterizadas, contudo estavam subequipadas. A grande parte dos edifícios do centro cívico, que albergavam serviços públicos, encontravam-se mal localizados, lotados e eram desadequados para as funções que neles se desempenhavam.

“As instalações de serviços oficiais precisam de ser revistas. Os serviços administrativos lutam com falta de espaço no edifício municipal, que na sua quase totalidade é ocupado por outros serviços oficiais [...]

[...] Outros serviços oficiais terão de ser condignamente instalados pelo que se impõe a construção de edifícios próprios.” (AGUIAR, 1950: 91)

Analisando o plano, é de notar um número considerável de propostas para novos edifícios públicos. A maior parte foram construídos e desempenham, atualmente, as funções indicadas por Aguiar em 1950.

Foram os casos do Mercado e do edifício, que hoje alberga um quartel de bombeiros, ambos implantados na rua 21 de Agosto, assim como as escolas localizadas junto à rua João Mendes e no bairro de Marzovelos. Foi também projetada uma central de camionagem na Avenida António José de Almeida. Apesar de esta não estar implantada exatamente no sítio escolhido por Aguiar, a sua localização manteve-se junto à mesma avenida. (Fig.17)

Nas propostas para a renovação de edifícios é de destacar os C.T.T., que se mantêm até hoje no mesmo local.

Este plano foi o instrumento que mais influência teve no desenvolvimento da cidade, servindo como base para as suas expansões mais recentes. Apesar de algumas alterações, *“vigorou durante quarenta e três anos”*. (ALMEIDA, 2000: 58)

A cidade cresceu até ao perímetro definido pela circunvalação, mantendo uma estrutura urbana coerente entre a parte antiga e as novas áreas de expansão. As intervenções urbanísticas realizadas na década de 50 procuraram dar resposta às propostas contidas no antepiano. Complementou-se o circuito viário proposto por Aguiar, desenvolveram-se infraestruturas na área proposta para o bairro de Marzovelos, expropriaram-se terrenos para a construção de futuras edificações e surgiram também novas residências sociais.

AGU de Viseu - Equipamentos propostos por Aguiar



Planta atual da zona central de Viseu



a - Rua 21 de Agosto | b- Avenida António José de Almeida | c - Rua João Mendes

1 - Quartel de bombeiros | 2 - Mercado | 3 - Central de Camionagem | 4 - Equipamento escolar | 5 - Equipamento escolar | 6 - C.T.T. | 7 - Liceu de Alves Martins

Fig. 17 Análise comparativa entre as propostas de edifícios públicos apresentadas no AGU de 1950 e a planta atual da cidade de Viseu.

Suse Almeida, 2014.

3.2.2.2 O planeamento de Viseu a partir da década de 60

“Em 1965, a Câmara, face ao aparecimento de “planos de urbanização particulares” nos arredores da cidade decide criar um gabinete de urbanização camarário, a fim de rever o antepiano de urbanização da cidade e elaborar um plano regulador da sua envolvente.” (LÔBO, 1995: 183)

No final da década 60, começaram a surgir dificuldades orçamentais para cumprir os princípios urbanísticos enunciados no plano, o que obrigou a alterações. Aliado a isto, o grande desenvolvimento demográfico e económico, sobretudo, nos anos 70, fez com que o antepiano deixasse de responder ao forte crescimento da cidade. Enquanto que no interior da circunvalação o tecido urbano começava a consolidar-se, no exterior denotava-se uma maior dinâmica na edificação de novos edifícios, devido ao contributo dado pelo município no desenvolvimento de infra estruturas e de equipamentos nas novas áreas residenciais.

A necessidade de atualizar e ampliar a área de intervenção do antepiano de João Aguiar, de forma a este abranger também as zonas suburbanas, fez com que, em 1975, a Câmara Municipal de Viseu (CMV) contratasse a Hidrotécnica Portuguesa (HP) para a elaboração de um novo PGU. Este foi terminado em 1976, mas nunca viria a obter aprovação.

Apesar do seu contributo para alterações pontuais no antepiano, as suas propostas não foram mais além que as ideias de Aguiar, sobretudo no esquema apresentado para a estrutura viária da cidade, que acabou por determinar definitivamente o desenho do perímetro da circunvalação.

Nas propostas apresentadas foi dada especial atenção ao desenvolvimento de novos espaços que respondessem ao crescimento demográfico e à renovação das habitações em más condições. Desta forma, foram projetadas duas áreas de expansão exteriores à via periférica – zona norte e sul, que deviam passar a ser organizadas a partir de Planos de Pormenor (PP) a elaborar pelo município.

As ideias contidas no plano não tinham fundamentação sólida e pouco acrescentaram ao urbanismo da cidade. Contrariamente aos PGU elaborados na época de Duarte Pacheco, o plano apresentado pela HP tinha um carácter mais estratégico e daí, a necessidade de elaborar um novo plano. Este começou a ser executado na década de 80 pela Macroplan, tendo sido terminado em 1985. Apesar de também não ter obtido aprovação, as ideias apresentadas permitiram elaborar um conjunto de propostas e intervenções que serviram como base orientadora no futuro.

Para a parte antiga da cidade sugeriram-se renovações e começou a haver uma certa preocupação em limitar a circulação automóvel neste espaço.

Com grande parte do troço da Circunvalação já construído, foi proposta a definição de uma 2ª circular com o objetivo de ligar as zonas de expansão e a periferia. Foi também proposta a estruturação e a localização de novas áreas habitacionais devido ao grande número de urbanizações espontâneas que surgiram pela periferia da cidade.

Identificaram-se áreas para a construção de equipamentos coletivos e que tiveram a aprovação da CMV. Nelas foram construídos o novo Hospital de Viseu, que será um dos estudos de caso analisados adiante e a Escola Superior de Tecnologia.

Partindo de todas estas propostas e tendo como base o antepiano de 1950, uma equipa técnica municipal elaborou o primeiro PDM, aprovado em 1995.

A cidade assumiu por completo a sua forma radioconcêntrica com a proposta para a construção de uma segunda circular em torno do perímetro da circunvalação.

O PDM reforçou, assim, o sistema viário partindo para o desenvolvimento de uma rede viária sólida e eficaz, associada às novas circulares (1ª e 2ª circulares norte ou sul) e às vias radiais, periféricas e complementares, apoiando-se no sistema nacional de estradas (*IP5, IP3 e anel de ligação IP3/IP5*).

A ocupação e o desenvolvimento do território entre as duas circulares tornou-se também uma prioridade, por isso, foram elaborados diversos PP para a zona em questão.¹³ Exemplo disso foi o PP *da Zona Envolvente da Circunvalação da*

¹³ Os primeiros PP foram elaborados em 1988, partindo de pequenas alterações dentro da zona interior à circunvalação. Foi o caso do PP para a *alteração ao P.G.U. de Viseu – Área Sul da Avenida do Capitão Homem Ribeiro*.

1ª Circular Sul (Jugueiros) e da Zona do Novo Hospital, que data de 1991. Estes planos não só se tornaram numa forma de gerir a cidade, como acima de tudo concretizam a ocupação do território através de desenho urbano, definindo a implantação de equipamentos e as necessidades de toda a ordem a serem cumpridas para o seu uso normal. Como já vimos, a implantação de alguns edifícios na malha urbana obriga a que se criem condições adequadas na envolvente imediata para o seu pleno funcionamento. Exemplo disso foi a construção do Hospital Novo, para o qual se desenvolveu um PP. A sua construção foi uma forma de impulsionar o desenvolvimento da malha urbana em torno da circunvalação, assim como o aparecimento da 1ª Circular Sul, que foi crescendo a partir da localização de equipamentos escolares e comerciais (Escola EB 2,3 Infante D. Henrique, Escola Superior de Tecnologia e o Palácio do Gelo).

A cidade foi, assim, evoluindo ao longo da década de 90, focando-se em políticas de expansão que foram deixando o núcleo antigo e alguns espaços verdes adjacentes esquecidos.

De maneira a contrariar esta tendência, no ano de 2000, implementou-se o *Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades* – lançado pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O programa promoveu políticas para a regeneração e desenvolvimento urbano, apoiando-se na construção e requalificação de equipamentos com valor estruturante e centralizador.¹⁴

O plano estratégico para Viseu foi apresentado a 29 de Julho de 2000 e foi-se concretizando com PP de iniciativa local. Incidiu, sobretudo, nas áreas envolventes ao Rio Pavia.

Das principais intervenções destacam-se a requalificação do rio e da sua envolvente, através da criação de equipamentos de apoio, como foi o caso do Fórum Viseu, da construção do Parque Urbano da Agueira e do Parque Urbano da Radial de Santiago. Requalificou-se também o recinto da Feira de São Mateus assim como a

¹⁴ “d) Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional - Este instrumento de política visa a construção ou requalificação de equipamentos especializados de elevada raridade, que contribuam para a estruturação e desenvolvimento do sistema urbano nacional, para a afirmação e diferenciação dos centros urbanos dos níveis superiores da hierarquia urbana e, no contexto global do país, para o reforço do policentrismo, [...]” [Em linha] [Consult. 05-02-2014]. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>



Fig. 19 Novo meio de transporte de ligação da parte baixa à parte alta da cidade – Funicular. Suse Almeida, 2014.



Fig. 20 Percurso do funicular. Suse Almeida, 2014.



Fig. 21 Zona requalificada junto ao rio Pavia. Suse Almeida, 2014.

zona da Cava de Viriato, com a criação de percursos e a instalação de um novo meio de transporte (funicular), que se tornou num meio de ligação entre a parte alta e a parte baixa da cidade (Fig.19).

O património histórico, natural e cultural não foi esquecido, tendo vindo a sofrer obras de valorização desde então.

Atualmente, encontra-se em vigor o PDM, aprovado em 2013¹⁵. Neste são retomados alguns dos pressupostos dos planos anteriores, dando-se especial importância à consolidação do sistema viário urbano, de modo a fortalecer o posicionamento estratégico de Viseu no contexto nacional e o seu papel económico, bem como a consolidação da 1ª circular norte e sul e a construção de uma 2ª circular.

As políticas de ordenamento do território procuram seguir um desenvolvimento socioeconómico sustentado, aproveitando os recursos que a cidade tem – património histórico, cultural e ambiental – assim como um crescimento territorial regrado e contido, evitando o aparecimento de novas frentes urbanas dispersas.

A revisão de 2013 tem por objetivo entre outros consolidar e requalificar os aglomerados urbanos da cidade, mantendo a continuidade e a morfologia urbana entre estes e os novos que possam vir a surgir.

Na planta de ordenamento destaca-se a divisão do território em Unidades de Intervenção Integrada de Planeamento e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, onde estão reservados espaços para equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes, residenciais e de atividades económicas. O objetivo principal é conformar a malha urbana já existente e potenciar o aparecimento de novas centralidades em conformidade com a rede viária e a restante morfologia onde se inserem. Estas estão sujeitas à elaboração de PP, mantendo-se também em vigor os já definidos anteriormente.

Terminada a apresentação da evolução urbana do núcleo viseense a partir do século XX até às expansões mais recentes, torna-se agora relevante criar um fio condutor entre o desenvolvimento do desenho urbano da cidade e o contributo

¹⁵ Decreto-Lei nº 12115, de 30 de Setembro de 2013

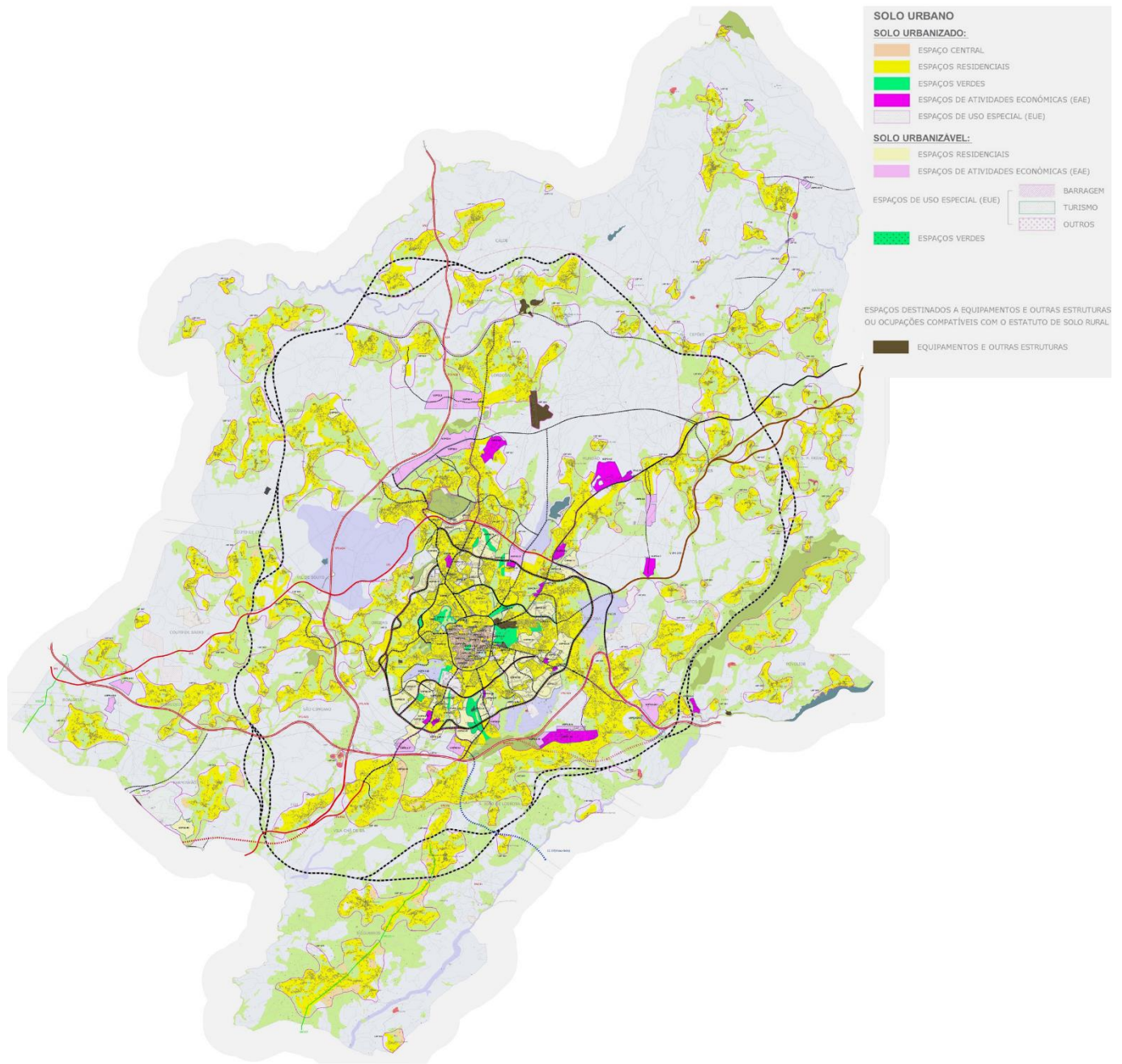


Fig. 22 PDM 2013 de Viseu, Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, CMV, 2013. DGT

dado por alguns equipamentos coletivos nesse desenvolvimento. Apesar de já terem sido feitas várias considerações relevantes a esse respeito, só é possível perceber as consequências da sua implantação na malha urbana analisando casos concretos.

Desta forma, no próximo capítulo serão apresentados em detalhe quatro estudos de caso de diferentes épocas, que permitirão exemplificar a ideia, já pré estabelecida, do equipamento coletivo como motor de desenho urbano.

ESTUDOS DE CASO
ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO - VISEU

4.1 Liceu de Alves Martins

Viseu, 1941 – 1948

4.1.1 O Liceu e o “Plano 38”

O edifício liceal foi instituído em Portugal no século XIX, período que ficou marcado pelo início de várias reformas educativas, tanto a nível pedagógico como arquitetónico.

Segundo Gonçalo Canto Moniz¹⁶, na arquitetura escolar para o ensino secundário distinguiram-se quatro épocas de referência. O 1º período, compreendido entre 1836 e 1928, abrangeu os primeiros liceus planeados a partir da reforma de Passos Manuel. Os projetos elaborados nesta fase caracterizaram-se por uma arquitetura racionalista, despida de ornamentação e focaram-se, sobretudo nas cidades do Porto e Lisboa. O 2º período, entre 1928 e 1934, abrangeu os edifícios escolares intervencionados ou construídos pela Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundários (JAEES)¹⁷. Os liceus desta época foram elaborados a partir de um programa-tipo, surgindo propostas para a construção de novos edifícios um pouco por todo o país.

Para o caso em questão interessa analisar o 3º período que teve início no ano de 1934, terminando em 1960.

Em 1934, a JAEES passou a ser gerida pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, tendo sido substituída pela *Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário* (JCETS). Começaram, assim, a desenvolver-se vários estudos para a construção de novos equipamentos escolares, estudos esses que se intensificaram a partir de 1938, com a aprovação¹⁸ do *Plano 38*.

¹⁶ MONIZ, Gonçalo Canto. “A Construção do Programa Liceal” in *Arquitectura, Política e Ensino*. Revista *Arquitectura* 21.

¹⁷ A JAEES foi criada em 1928, por iniciativa de Duarte Pacheco enquanto Ministro da Instrução, com o objetivo de desenvolver e melhorar as condições físicas dos edifícios liceais.

¹⁸ Decreto-Lei 28604, de 21 de Abril de 1938.

O plano abrangeu um vasto programa de novas construções, ampliações e melhoramentos de edifícios liceais por todo o país. Na lista de novos liceus, que englobava onze projetos, constava o de Viseu.

Se os edifícios liceais construídos nas primeiras décadas de XX ficaram marcados por uma clara influência dos ideais modernistas, a partir de 1938 retomou-se novamente um estilo arquitetónico de valores tradicionais e nacionalistas, como reflexo dos ideais políticos do Regime Salazarista.

Os liceus construídos nesta fase foram concebidos a partir de um modelo uniforme, tanto a nível arquitetónico como urbanístico, seguindo as mesmas tipologias, princípios de conceção e composição.

Em termos urbanísticos, o *Plano 38* introduziu uma nova forma de pensar o edifício liceu na malha urbana, valorizando questões relacionadas com a sua implantação e relação com a envolvente. Estes foram construídos em novas áreas de crescimento, que deveriam ser abrangidas e reguladas pelos PGU, tornando-se elementos geradores de urbanidade. O facto de se escolherem novos espaços da cidade completamente desimpedidos também se deveu à necessidade, imposta pelo programa do liceu, de criar zonas arejadas com boas condições de higiene e salubridade, com melhor acessibilidade e facilidade de construção.

“Na sua relação com a cidade, os liceus surgem com uma nova lógica urbanística, localizando os equipamentos em áreas de expansão controlada da cidade, funcionando estes como elementos geradores de urbanidade.” (NÁPOLES, 2011: 45)

O liceu ganhou um carácter centralizador, passando a ser projetado como um elemento estruturante da malha urbana e um espaço *privilegiado de investimento estético, social e cultural*.¹⁹

¹⁹ Ana Nápoles in *Arquitectura & Sustentabilidade*, 2011: 45.

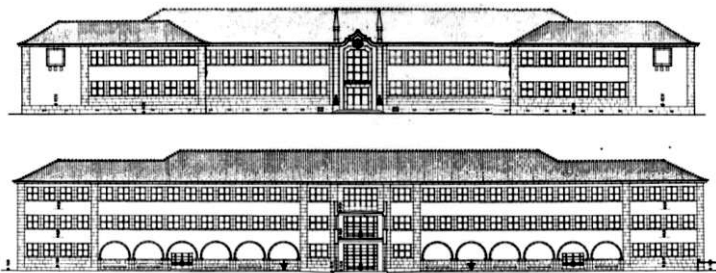


Fig. 23 Projeto do liceu de Alves Martins – Alçados
Parque Escolar, Liceus, Escolas Técnicas e Secundárias, 2010.

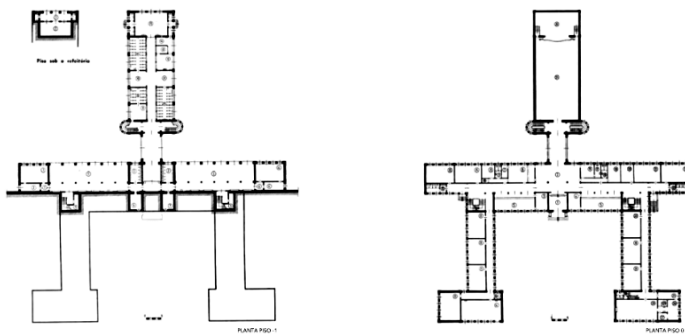


Fig. 24 Projeto do liceu de Alves Martins – Planta piso -1; Planta piso 0
Parque Escolar, Liceus, Escolas Técnicas e Secundárias, 2010.



Fig. 25 Liceu de Alves Martins, 1948. Parque Escolar, Liceus, Escolas Técnicas e Secundárias, 2010.

Fonte: Fig.23, Fig.24, Fig.25 - ESCOLAR, Parque, Liceus, Escolas Técnicas e Secundárias [Em linha] Lisboa: Edição Parque Escolar, EPE, 2010 [Consult.16-05-2014] Disponível em <http://issuu.com/luiz/docs/nameb7e084>

4.1.2 O projeto

O projeto para o Liceu de Alves Martins, da autoria do arquiteto Francisco da Costa Assis, começou a ser desenvolvido em 1941, iniciando-se a sua construção um ano depois.

O liceu seguiu a mesma linha de pensamento das restantes obras elaboradas nesta fase, cingindo-se ao Programa Geral para a Elaboração dos Projetos Liceus, constituído pela JCETS.

O edifício construído apresenta uma composição regular e simétrica, acentuada pelas fachadas ritmadas, através dos vãos e elementos estruturais.

A entrada principal, revestida a pedra, é rematada por um frontão e dois pináculos, inspirando-se nos modelos neoclássicos.

O átrio, onde se localizam os serviços administrativos, faz a distribuição para os restantes espaços escolares a partir de corredores, situando-se os acessos verticais nos seus topos e pontos de intersecção dos corpos com direções perpendiculares.

O espaço gimnodesportivo e a zona de refeitório localizam-se num volume axial ao átrio de entrada, encontrando-se ambos em contacto direto. Este corpo juntamente com o corpo de entrada assume um certo carácter autónomo em termos volumétricos, destacando-se da restante composição do edifício.

No exterior, o amplo logradouro destina-se a zonas de recreio sendo constituído por campos de jogos, zonas ajardinadas e espaços de circulação.

A escola foi inaugurada em 1948, tendo sido recentemente alvo de intervenções no âmbito do programa da Parque Escolar, mas que não interferiram com a sua integração na malha urbana, daí não ser um assunto tratado no âmbito deste trabalho.



Fig. 26 Envolvente urbana do Liceu de Alves Martins após a sua construção.
 AGU de Viseu, Planta de edifícios com interesse histórico, João António de Aguiar, 1950. DGT. Suse Almeida, 2014. 1 – Liceu de Alves Martins



Fig. 27 Vista parcial da cidade sobre o edifício do liceu.
 AGU de Viseu, Memória Descritiva e Justificativa, 1950. DGT



Fig. 28 Vista parcial sobre a cidade – Edifício liceu à direita.

Fontes: Fig.26, Fig.27 - AGUIAR, João António, Antepiano Geral de Urbanização de Viseu: DGT, 1950; Fig. 28 – BUSQUETS, Joan; FERREIRA, Hélder, Cidade Antiga e Novo Projecto Urbano, Viseu. Porto: Edições Caixotim, 2007.

4.1.3 O liceu no desenho urbano

O local escolhido para a implantação do liceu de Alves Martins era um espaço livre da cidade e com forte potencial de expansão devido, sobretudo, à necessidade de prolongar o bairro do Massorim para poente e às ótimas condições naturais do lugar. O nome da extensa propriedade ali existente viria a dar origem à urbanização de Marzovelos, que se desenvolveu a partir do impulso dado pela construção do liceu.

O primeiro estudo desenvolvido para a urbanização é anterior ao projeto da escola, integrando-se no plano elaborado para a cidade pelo Engenheiro António Bonfim Barreiros, em 1935. A sua proposta genérica assentava na divisão do espaço em vinte e três quarteirões de dimensão variada, tendo sido escolhido pela Câmara Municipal o de maior dimensão para a edificação do liceu.

A localização e construção deste equipamento escolar veio acentuar, desta forma, o interesse em expandir a cidade para poente, dando origem a diversos estudos para a sua envolvente.

É de destacar um novo estudo elaborado também por Bonfim Barreiros, em 1936, de onde foram construídas as ruas periféricas ao liceu – Avenida Infante D. Henrique, Rua S. João de Deus e Rua José de Oliveira Berardo.

Conhecem-se igualmente pelo menos dois projetos da autoria de João Aguiar. O primeiro data de 1939 (Fig.29) e o segundo de 1943 (do qual não existem ilustrações), sendo que o primeiro demonstrava uma maior coesão a nível estrutural com a realidade do que o segundo.

As propostas de Aguiar não ficariam por aqui. Em 1950, o arquiteto apresentou um novo estudo inserido no antepiano de urbanização de Viseu (Fig. 30), no qual propôs um bairro com moradias isoladas e edifícios de dois ou três pisos, divididos em quarteirões. Os arruamentos projetados tinham características residenciais e destinavam-se unicamente ao trânsito local.

O bairro foi desenhado em harmonia com a restante cidade como uma área de expansão, definindo-se até ao limite da circunvalação. As principais ideias apresentadas viriam a ser executadas.

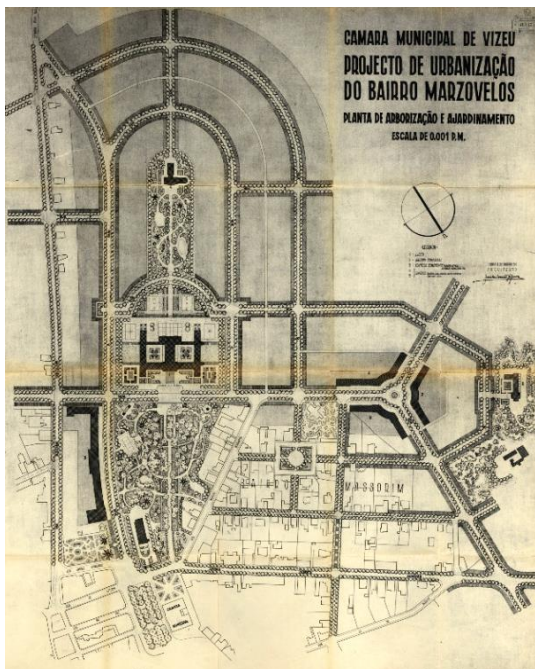


Fig. 29 Projeto de urbanização do bairro de Marzovelos, Planta de arborização e ajardinamento, João António de Aguiar, 1939. DGT.



Fig. 30 Proposta para a urbanização de Marzovelos inserida no AGU de Viseu. AGU de Viseu, Planta de Urbanização, João António de Aguiar, 1950. DGT.

Na década de 50, já com as obras do liceu finalizadas, iniciaram-se os primeiros trabalhos de infraestruturação, começando assim a nascer a urbanização de Marzovelos. Na sua maioria, seguiu-se o traçado definido por Aguiar para os arruamentos e quarteirões, onde se foram construindo moradias isoladas e de baixa densidade.

Também se definiu por completo o traçado da avenida 25 de Abril, ligando a Praça da República à circunvalação. Segundo João Aguiar na memória descritiva do antepiano de 1950, a abertura deste novo arruamento já há muito estava prevista, contudo só se partiu para a sua construção nesta fase.

Atualmente, toda esta zona se encontra consolidada até ao perímetro da circunvalação, tendo crescido para além deste.

Apesar de existirem outros pontos de interesse adjacentes ao liceu, como o parque do Carvalhal, atual parque da cidade, e o bairro do Massorim, este foi o grande impulsionador da expansão poente da cidade, sendo de referir que este desenvolvimento do desenho urbano a poente se pautou por um crescimento ordenado. O liceu, para além de ter gerado uma nova centralidade, também se tornou num elemento estruturante da malha urbana, mantendo a sua continuidade urbanística e estruturando uma nova área de expansão. Vejamos que as principais avenidas envolventes apenas se definiram após a sua construção, seguindo os limites definidos pelo seu terreno.

De igual modo, o restante desenho urbano no interior do bairro teve como base o traçado criado pelo liceu.

A dimensão deste equipamento confere-lhe alguma autonomia, contudo, o seu posicionamento na matriz urbana originou desenho, novas formas e espaços. No fundo, um pedaço de cidade planeada que foi evoluindo a partir deste equipamento de forma ordenada ao longo dos anos, como é possível verificar através das folhas de desenho que se seguem, onde são apresentadas duas reconstituições gerais do desenho urbano existente antes e após (1974) a construção do liceu e uma última planta representativa da atualidade.



Reconstituição geral do desenho urbano existente antes da construção do liceu de Alves Martins

Legenda

- 1 Quinta da Marzovelos
- 2 Parque do Carvallhal
- 3 Bairro do Massorim
- 4 Praça da República

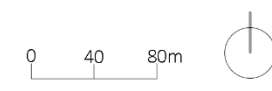


Fig. 31 Planta com a reconstituição geral do desenho urbano existente antes da construção do Liceu de Alves Martins
Suse Almeida, 2014.



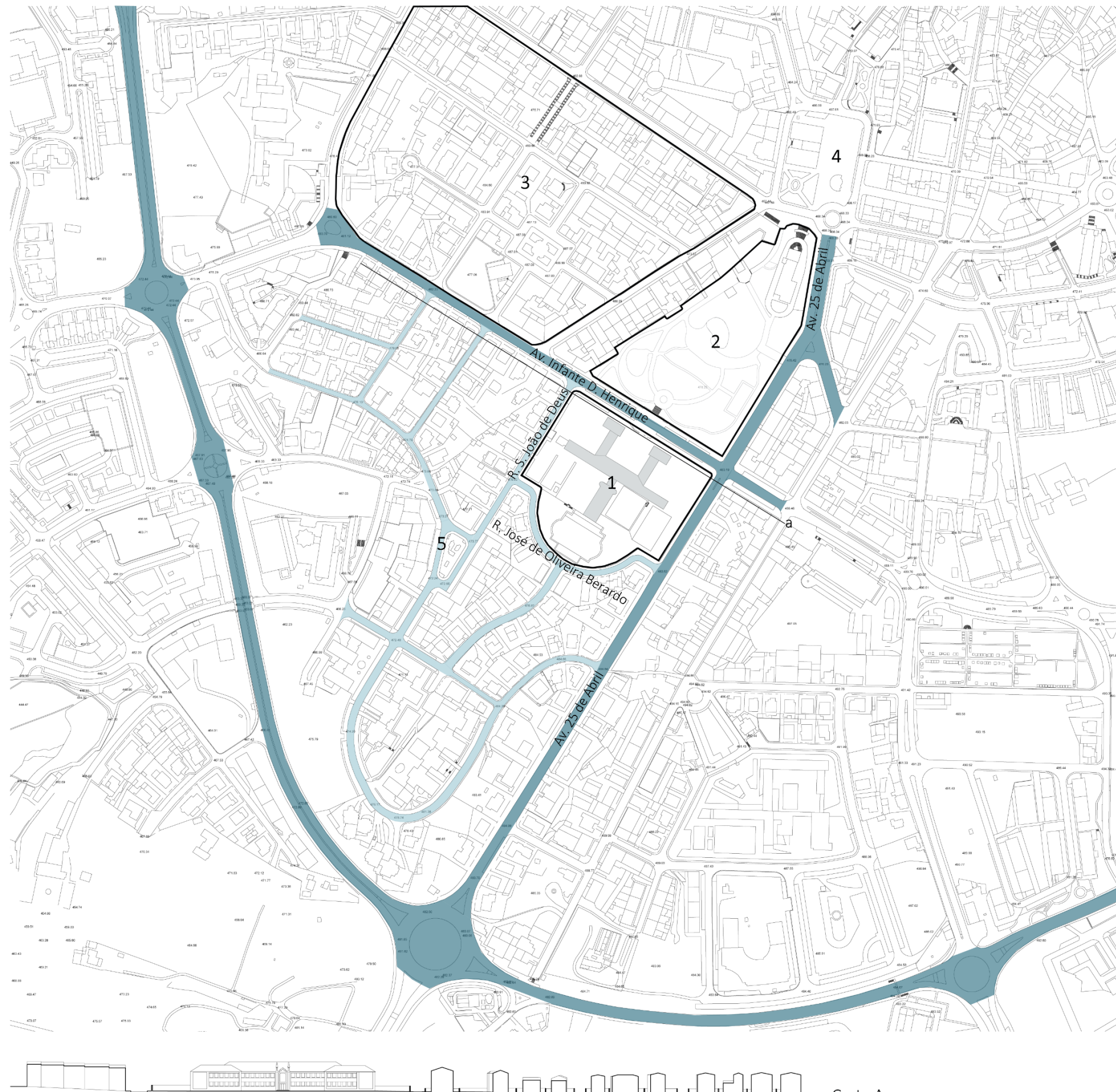
Reconstituição geral do desenho urbano envolvente ao Liceu de Alves Martins em 1974

Legenda

- 1 Liceu de Alves Martins
- 2 Parque do Carvalho
- 3 Bairro do Massorim
- 4 Praça da República
- 5 Urbanização de Marzovelos



Fig. 32 Planta com a reconstituição do desenho envolvente ao liceu de Alves Martins em 1974
Suse Almeida, 2014.



Reconstituição geral do desenho urbano envolvente ao Liceu de Alves Martins atualmente

Legenda

- 1 Liceu de Alves Martins
- 2 Parque do Carvalho
- 3 Bairro do Massorim
- 4 Praça da República
- 5 Urbanização de Marzovelos

- Traçado definido a partir do PGU de 1950 - vias estruturantes
- Traçado definido a partir do PGU de 1950 - vias secundárias



Corte A

Fig. 33 Planta atual da zona envolvente ao Liceu de Alves Martins
Suse Almeida, 2014.

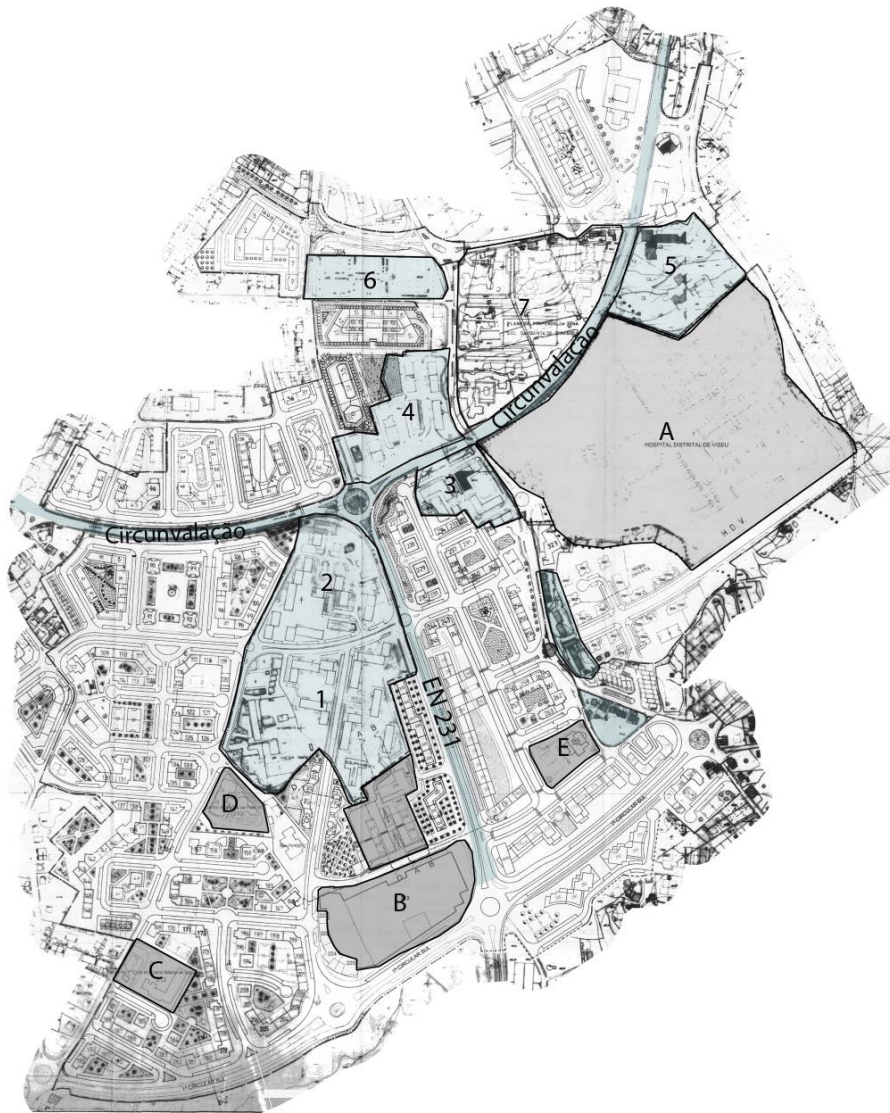
4.2 Hospital Distrital de Viseu e Palácio do Gelo e dos Desportos: dois estudos de caso no mesmo PP.

4.2.1 PP da Zona Envolvente da Circunvalação e 1ª Circular Sul (Jugueiros) e da Zona do Novo Hospital Distrital de Viseu

Como já foi referido no capítulo anterior, o crescimento urbano da cidade de Viseu a partir dos finais da década de 70, provocou várias alterações na sua morfologia urbana, obrigando ao desenvolvimento de novos instrumentos de gestão urbanística que controlassem esse crescimento.

Apesar do AGU elaborado por João Aguiar, em 1950, se ter mantido em vigor até 1995, data em que foi aprovado o PDM de Viseu, a Câmara Municipal deu início à implementação de Planos de Pormenor no ano de 1988, focando-se, sobretudo, nas áreas de expansão da cidade.

O Plano de Pormenor da Zona Envolvente da Circunvalação e 1ª Circular Sul (Jugueiros) e da Zona do Novo Hospital Distrital de Viseu (Fig.34) foi aprovado em 1991, pela Assembleia Municipal de Viseu. Este tinha como objetivo redefinir a composição urbana de uma parte da cidade situada a norte do troço da circunvalação, praticamente finalizado, e estruturar e consolidar uma nova área de expansão entre este e a 1ª Circular sul. Esta área da cidade já tinha sido indicada anteriormente na planta do PGU, elaborado pela HP em 1976, como uma “zona de reserva para eventual expansão urbana”.



Áreas urbanizadas

Áreas reservadas para equipamentos coletivos

1 - Quinta do Galo | 2 - Quinta de S. José | 3 - Quinta do Grilo | 4 - Bairro das Mesuras
 5 - Escola de superior de enfermagem | 6 - Cemitério | 7 - PP da zona Sul da Quinta do Cerrado

A - Hospital Distrital de Viseu | B - Palácio do Gelo e dos Desportos | C - Equipamento escolar
 D - Centro de saúde | E - Equipamento escolar

Fig. 34 PP da Zona Envolvente da Circunvalação e 1ª Circular Sul e da Zona do Novo Hospital Distrital de Viseu, Planta de Síntese, CMV, 1991. DGT. Suse Almeida, 2014.

No geral, a área de intervenção caracterizava-se como uma estrutura urbana indefinida. A topografia do terreno impunha algumas condicionantes, sobretudo, a partir do perímetro exterior da circunvalação, que se constituía como uma barreira pelo grande desnível existente em relação a alguns terrenos adjacentes.

Destacavam-se urbanizações já existentes como a Quinta de S. José, a Quinta do Grilo, a Quinta do Galo e o Bairro das Mesuras (Fig. 34). Estes conjuntos residenciais desenvolveram-se durante as décadas de 80 e 90, apoiando-se nas infraestruturas já existentes. Procuraram, assim, dar resposta aos problemas de habitação que se faziam sentir naquela época no centro de Viseu.

Das propostas do plano é de destacar a preocupação em dar continuidade ao troço da 1ª Circular e em definir a malha viária envolvente do novo Hospital, bem como garantir uma expansão urbana em conformidade com a malha urbana já definida. Para tal, estabeleceram-se diversos espaços adequados para a implantação de novos equipamentos, nomeadamente equipamentos escolares, desportivos, sociais, culturais, entre outros.

Estes tiveram um papel determinante no desenvolvimento da malha urbana nesta zona da cidade ao gerarem novas centralidades que, conseqüentemente, impulsionaram o seu crescimento urbano. São de destacar o novo Hospital Distrital de Viseu e o Palácio do Gelo e dos Desportos, analisados com detalhe a seguir.

Nas restantes áreas procurou dar-se continuidade às estruturas residenciais existentes, propondo-se novos loteamentos com áreas de estacionamento, de circulação para peões e espaços verdes.

O plano tem sofrido algumas alterações pontuais, mas não colocaram em causa a sua estrutura base. A área de intervenção tem vindo a urbanizar-se lentamente, seguindo a grelha estabelecida. A maioria dos equipamentos propostos encontram-se concluídos e foram implantados nos locais definidos. Relativamente aos edifícios habitacionais, também têm seguido a estrutura base apresentada no plano, muito embora existam ainda vários vazios urbanos por consolidar. Atualmente, passados vinte e três anos, e segundo os dados apresentados pela CMV, a taxa de execução do plano é de 70%.



Fig. 35 Espaços vazios entre a EN 231 e as áreas já urbanizadas a partir do perímetro hospitalar.
Suse Almeida, 2014.



Fig. 36 Vista para o Hospital a partir da circunvalação. Suse Almeida, 2014.



Fig. 37 Vista aérea sobre o Novo Hospital Distrital.
Fotografia de autor anónimo.

4.2.2 Hospital de São Teotónio (Novo Hospital Distrital de Viseu)

Viseu, 1992 - 1997

O Hospital Distrital de Viseu assumiu-se como uma importante âncora de desenvolvimento do sector sul da cidade, tendo sido implantado junto à Escola Superior de Enfermagem e ao limite exterior da circunvalação.

A escolha deste local gerou alguma controvérsia. Num estudo realizado no âmbito do PGU (1976), a HP levantou algumas questões relativamente às características do terreno, na época já na posse da CMV. No plano, chamou-se a atenção para o declive existente entre a circunvalação e o terreno e na impossibilidade de este ser ligado graviticamente à rede de esgotos existente. Deste modo, a empresa propôs que se estudasse uma alternativa para a localização do novo hospital, mas sem sucesso.

No PU realizado em 1985, a Macroplan veio reforçar a ideia já estabelecida pela CMV, de implantar o edifício naquela área, avançando-se, assim, para a sua construção, o que aconteceu a partir de 1992.

De forma a criar uma estrutura flexível e que no futuro permitisse alterações e ampliações, o hospital foi concebido a partir de um sistema modulado. Volumetricamente distinguem-se duas áreas, definidas por uma base alta onde se eleva um corpo vertical. Nessa base estão localizados todos os serviços, desde urgência, hospital de dia, bloco operatório, serviços administrativos, entre outros. No volume vertical desenvolvem-se os pisos de internamento das várias especialidades. Todo este conjunto estrutura-se a partir de espaços de circulação, que funcionam de forma clara e independente, organizando-se por circuitos em função de cada atividade.

Quanto ao seu espaço envolvente, este é composto maioritariamente por áreas de estacionamento, destacando-se também zonas ajardinadas e de circulação para peões e automóveis. Existe ainda um heliporto situado a sudoeste do edifício. A entrada no recinto, totalmente vedado, é feita por dois acessos. Um principal para doentes, funcionários e visitas e um secundário para o serviço de abastecimentos. O edifício foi inaugurado em 1997.

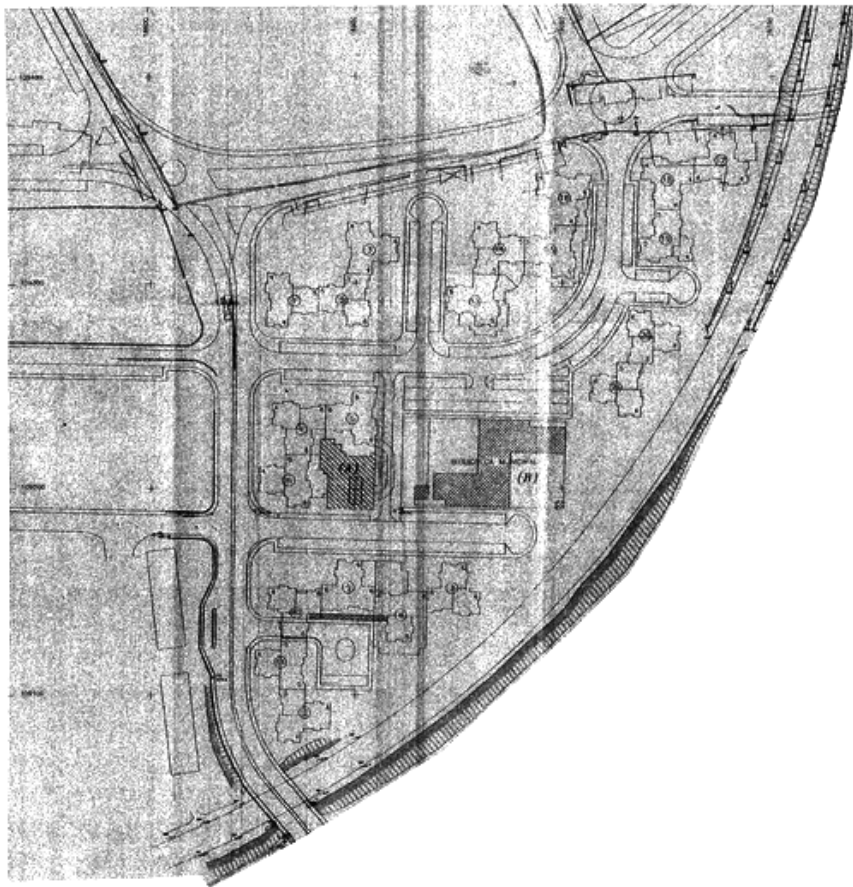


Fig. 38 PP da Zona Sul da Quinta do Cerrado, Planta de Síntese, CMV, 1991. DGT.

4.2.2.1 Evolução do desenho urbano envolvente

Após uma breve contextualização acerca do edifício hospitalar interessa agora analisar qual o seu papel enquanto gerador de desenho urbano, sendo notório o impulso dado por este para o desenvolvimento da estrutura urbana naquele sector da cidade, tanto no interior da circunvalação como fora do seu limite. Se por um lado, se assumiu como elemento de expansão ao quebrar esta barreira, imposta inicialmente pela topografia do terreno, por outro, contribuiu para que se desse continuidade à consolidação da malha urbana no seu interior.

Quando se iniciaram as primeiras obras, o recinto hospitalar era apenas delimitado a norte pela estrada da Circunvalação e pelo perímetro da Escola Superior de Enfermagem e a poente pela Quinta do Grilo (Fig. 42). Esta era uma área descaracterizada e pouco desenvolvida, no entanto, o facto da instalação do equipamento de saúde estar prevista há vários anos para aquele local, fez com que tivessem sido feitos alguns estudos para a sua envolvente anteriormente.

Um deles foi o *Plano de Pormenor da Zona Sul da Quinta do Cerrado* (Fig.38), aprovado em 1988, pela Assembleia Municipal de Viseu. No plano propôs-se a construção de lotes residenciais com funções comerciais no R/C e definiu-se a localização da nova Biblioteca Municipal de Viseu, inaugurada no ano de 2002.

O quarteirão junto à circunvalação foi o primeiro a desenvolver-se, durante o período de edificação do hospital. Os restantes encontram-se ainda em fase de construção.

A este plano juntou-se o *Plano de Pormenor da Zona Envolvente da Circunvalação e 1ª Circular Sul (Jugueiros) e da Zona do Novo Hospital Distrital de Viseu*, já analisado anteriormente e no qual o hospital se insere, tendo sido um dos fatores que levou à sua execução.

Nas propostas apresentadas assumiu-se como prioritário definir os acessos envolventes ao novo equipamento. Desta forma, redefiniu-se o traçado da Avenida Rei D. Duarte, a partir do cemitério, prolongando-a até poente do recinto hospitalar. Esta Avenida tornou-se no seu principal acesso, transpondo o perímetro da circunvalação através de um viaduto.

A nascente construiu-se a radial de São Caetano, que mais tarde foi ligada à 1ª Circular, e a Sul a Rua Professor Egas Moniz. Esta organização circundante permitiu criar rápidos e fáceis acessos.

Desenvolveu-se também uma pequena praça de táxis localizada junto à entrada principal do hospital e um percurso pedonal de ligação com a Escola Superior de Enfermagem.

Vejamos que a necessidade de criar as condições adequadas para o pleno funcionamento do equipamento hospitalar teve consequências imediatas no desenho urbano da sua envolvente direta.

Com o perímetro hospitalar definido, partiu-se então para a urbanização das restantes áreas adjacentes, tendo como ponto de partida as propostas apresentadas no PP.

Em 1997, deu-se início à construção do Bairro Social Quinta da Pomba, junto ao equipamento de saúde, ao qual se juntou mais tarde a sede da Cruz Vermelha, dada a sua relação de apoio com o hospital.

Deu-se também continuidade às áreas residenciais existentes com a construção de vários loteamentos com funções habitacionais e comerciais. Estes loteamentos têm vindo a desenvolver os espaços adjacentes à circunvalação, tanto no interior como no exterior, destacando-se os quarteirões definidos entre a Avenida Rei D. Duarte e a EN 231. Para além de terem vindo a consolidar um vazio urbano ao longo dos anos, deram continuidade à estrutura urbana já definida pelas urbanizações da Quinta de S. José e da Quinta do Galo, ligando-a ao Hospital. No entanto, há ainda uma extensa área por ocupar, sobretudo, até ao perímetro da 1ª Circular.

De facto, a construção do novo hospital conseguiu impor desenho na malha urbana e, conseqüentemente desenvolve-la, tendo resultados imediatos na estrutura viária. Para além disso, ao gerar uma nova centralidade e uma nova dinâmica atraiu investimentos privados, que têm contribuído para a concretização da maior parte das propostas apresentadas nos PP.

Apesar de já se notarem as principais consequências no desenho urbano de toda aquela área, provocadas pela localização do equipamento hospitalar, todo o processo de urbanização à sua volta tem avançado lentamente e contém ainda em



Fig. 39 Vista a partir da 1ª Circular Sul para o Hospital Distrital de Viseu. Suse Almeida, 2014.

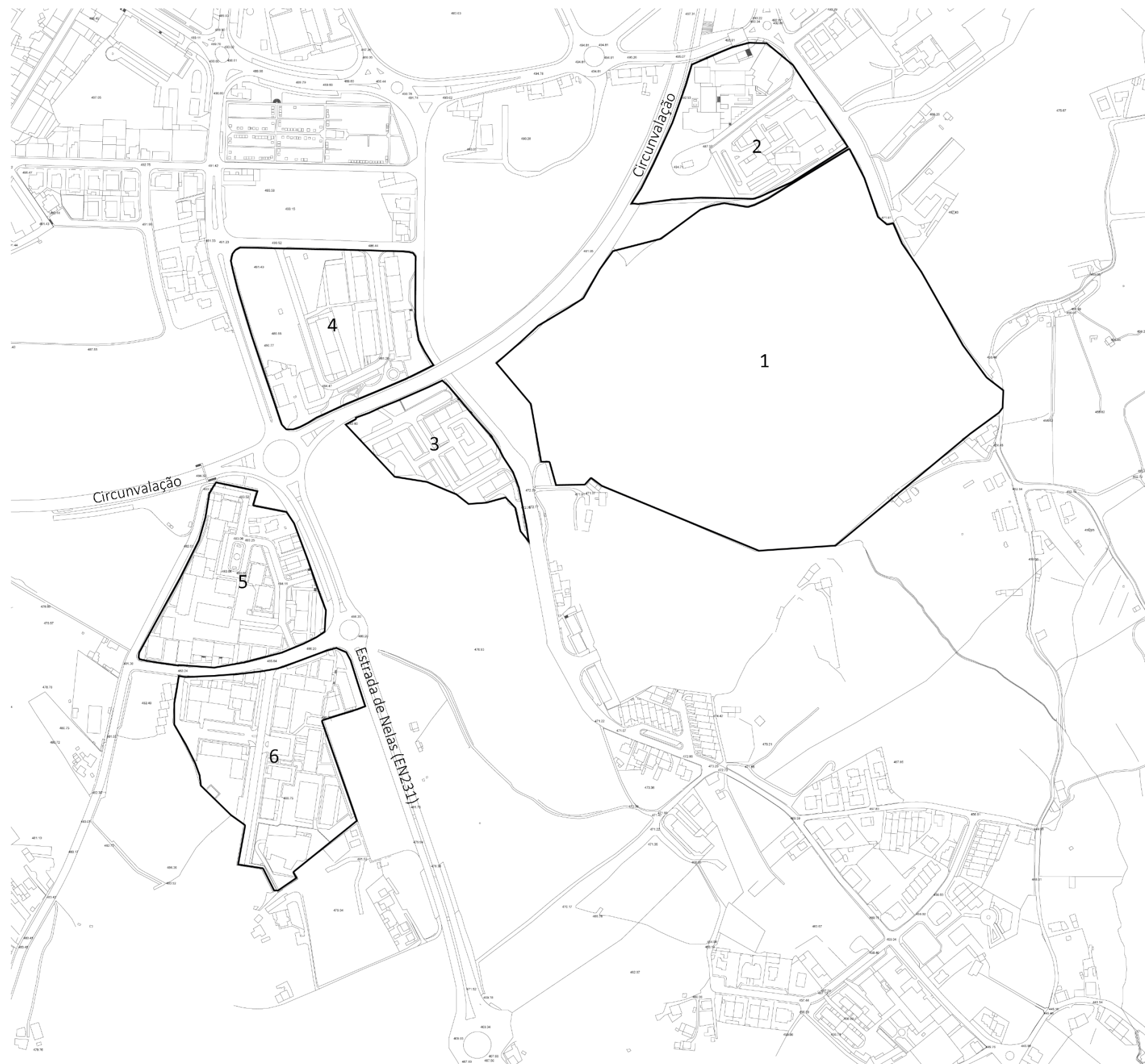


Fig. 40 À direita a Quinta do Grilo e à esquerda as novas urbanizações. Suse Almeida, 2014.



Fig. 41 Acesso principal ao recinto hospitalar. Suse Almeida, 2014.

aberto. As condições infraestruturais já estão criadas, apenas falta completar esta grelha. Nas folhas de desenho que se seguem é apresentada uma reconstituição geral do desenho urbano existente naquele sector da cidade antes da construção do equipamento hospitalar e uma planta representativa da atualidade. Desta forma, é possível observarmos de que maneira o hospital atuou na malha da cidade, tratando-se este um caso de expansão urbana.



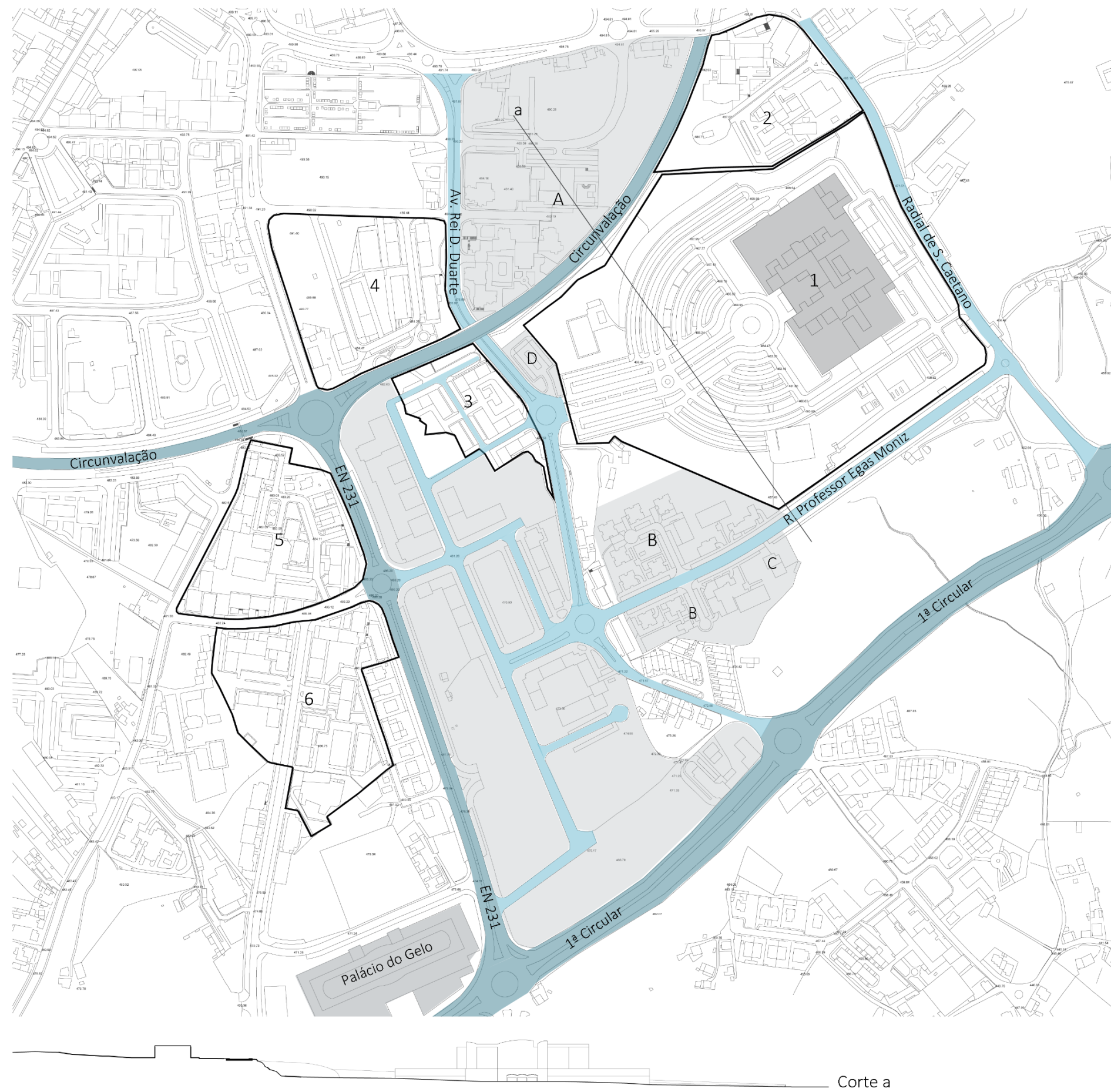
Reconstituição geral do desenho urbano existente antes da construção do novo Hospital Distrital de Visu

Legenda

- 1 Espaço escolhido para a implantação do novo Hospital Distrital de Visu
- 2 Escola Superior de Enfermagem
- 3 Quinta do Grilo
- 4 Bairro das Mesuras
- 5 Quinta de S. José
- 6 Quinta do Galo



Fig. 42 Reconstituição geral do desenho urbano existente antes da construção do Hospital Distrital de Visu
Suse Almeida, 2014.



Reconstituição geral do desenho urbano envolvente ao Hospital Distrital de Viseu atualmente

Legenda

- 1 Hospital Distrital de Viseu
- 2 Escola Superior de Enfermagem
- 3 Quinta do Grilo
- 4 Bairro das Mesuras
- 5 Quinta de S. José
- 6 Quinta do Galo

- A- Biblioteca Municipal
- B - Quinta da Pomba
- C - Sede da Cruz Vermelha
- D - Praça de táxis

- Rede viária principal
- Rede viária secundária
- Áreas que se têm vindo a urbanizar após a construção do equipamento hospitalar, desenvolvendo o desenho urbano

Fig. 43 Planta atual da zona envolvente ao edifício hospitalar. Suse Almeida, 2014.

4.2.3 Palácio do Gelo e dos Desportos

Viseu, 1993 – 1996

O complexo lúdico Palácio do Gelo, inaugurado em 1996, introduziu um conceito inovador na região de Viseu ao concentrar no mesmo espaço funções comerciais, de lazer e desporto.

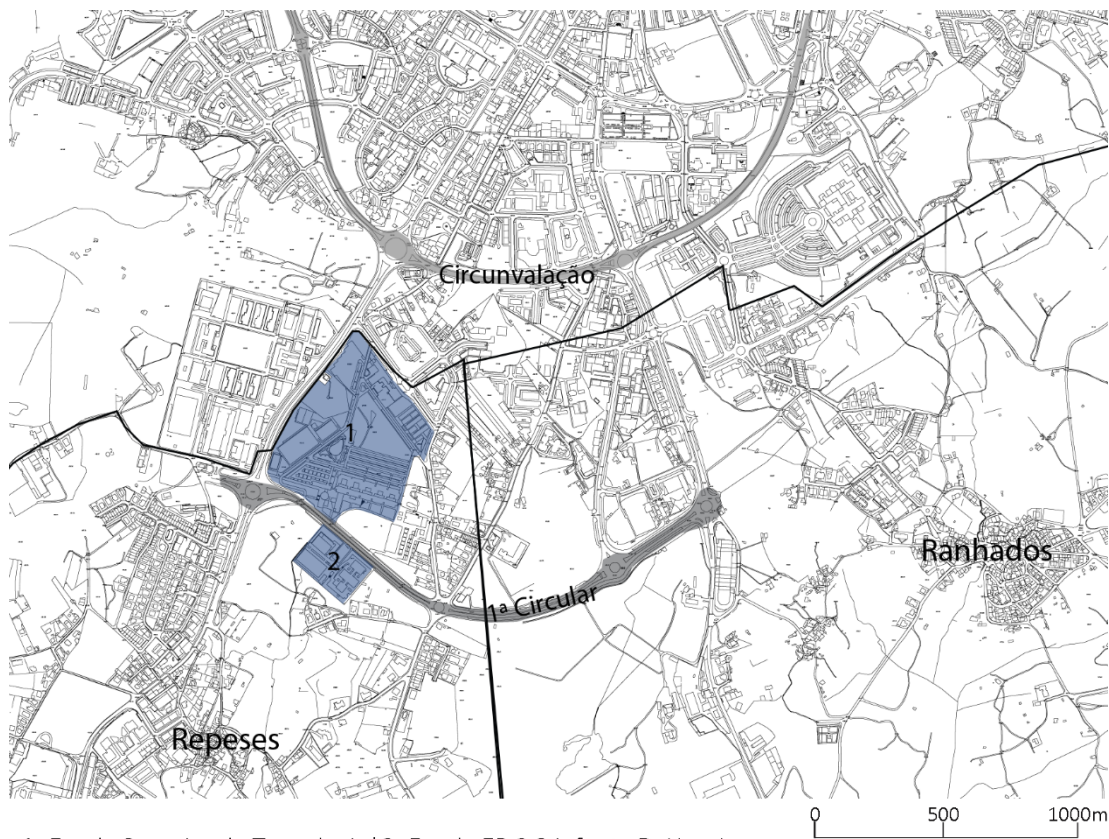
A obra ficou a cargo da Empresa Movida, pertencente ao Grupo Visabeira. O projeto começou a ser desenvolvido no final da década de 80, obtendo aprovação pela Direcção Geral do Turismo (DGT) a 31 de Dezembro de 1990.

Inicialmente, a localização do empreendimento estava prevista para a localidade de Repeses, no entanto, a pedido da CMV, foi acordada a sua transferência para a zona de Ranhados, integrando-o no *Plano de Pormenor da Zona Envolvente da Circunvalação e 1ª Circular Sul (Jugueiros) e da Zona do Novo Hospital Distrital de Viseu*. Para a sua implantação foram escolhidos os lotes 313 e 314, áreas reservadas para equipamentos lúdicos e de lazer no PP (Fig. 45).

Esta mudança permitiu enquadrar o novo equipamento de uma forma mais eficaz na visão estratégica de desenvolvimento da cidade, articulando-o com novas áreas de expansão e com a rede viária fundamental. A sua integração no PP foi pensada de forma a dar continuidade ao troço da 1ª Circular Sul, já definido a partir da Escola EB 2,3 Infante D. Henrique e da Escola Superior de Tecnologia, e impulsionar o desenvolvimento urbanístico daquela zona.

“Estamos convictos de que a solução agora encontrada optimiza a sua integração no tecido urbanístico da cidade, valoriza o seu potencial sócio- económico e garante uma melhor fruição das facilidades que virão a ser oferecidas pelo empreendimento, nomeadamente no que concerne à acessibilidade.” (MOVIDA – Empreendimentos Turísticos, S.A., 25 de Fevereiro de 1992)²⁰

²⁰ Documento disponível para consulta no Arquivo Distrital de Viseu – OCP-518, Movida, 1992.



1- Escola Superior de Tecnologia | 2- Escola EB 2,3 Infante D. Henrique

Fig. 44 Planta de enquadramento. Suse Almeida, 2014.

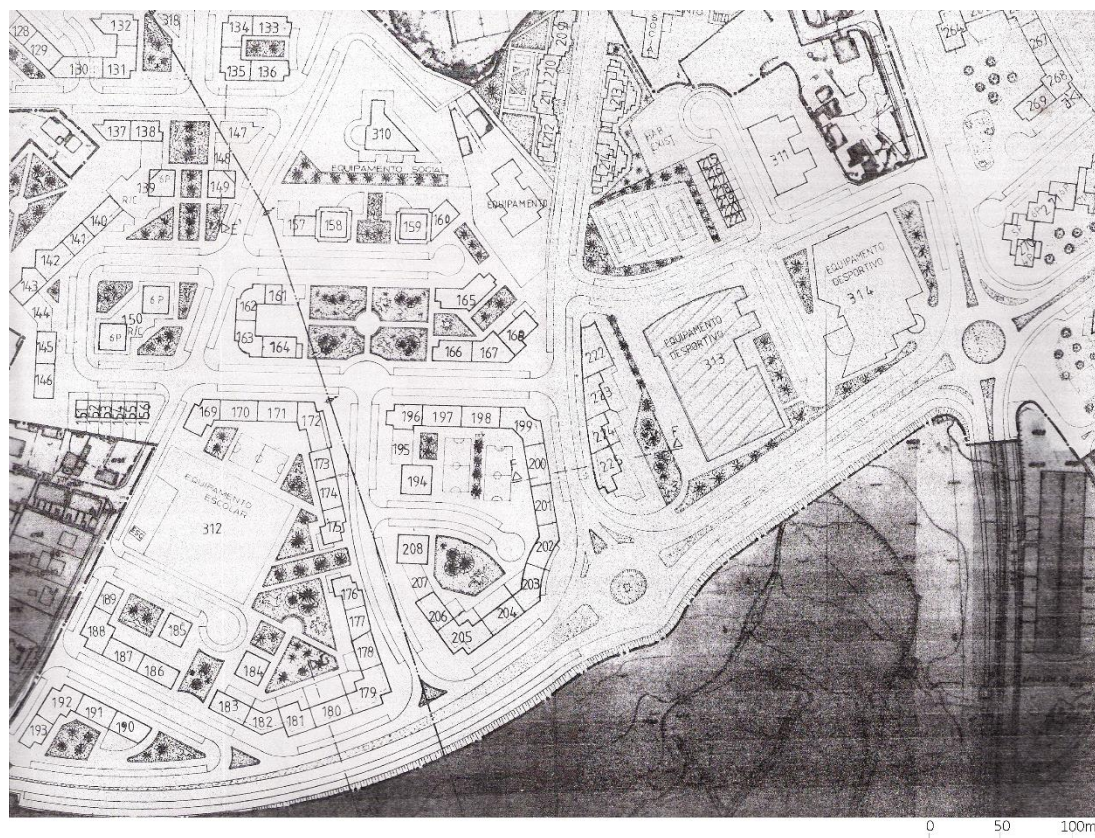


Fig. 45 Planta com as propostas de urbanização do empreendimento turístico e desportivo e zonas envolventes, Movida, 1992. Disponível para consulta no Arquivo Distrital de Viseu – OCP 519.

Aprovada a alteração de localização, a 12 de Agosto de 1992, pela DGT, procedeu-se à revisão do projeto, adaptando-o às imposições urbanísticas, motivadas pela definição do PP do novo local de implantação. Em 1993, iniciou-se, finalmente, a construção do empreendimento num terreno que viria a ficar definido pela 1ª Circular sul e pela EN 231.

O complexo lúdico desenvolveu-se a partir de duas unidades arquitetónicas, lotes 313 e 314, integrados no mesmo espaço urbano (Fig. 45).

Na unidade correspondente ao lote 313 foi implantado um centro de animação cultural e desportiva, que viria a designar-se por Palácio dos Desportos. Este era composto por um pavilhão gimnodesportivo polivalente, uma área de piscinas, um *health club*, um restaurante e um espaço cultural, constituído por salas de conferências e respetivos compartimentos de apoio.

Relativamente ao lote 314, este desempenhou funções de centro de animação turística e desportiva, integrando uma pista de gelo, que viria a conferir-lhe a designação de Palácio do Gelo. Esta assumiu-se como a grande atração do novo empreendimento pelo fator novidade que gerou, não só na região, como também a nível nacional.

A pista de gelo coberta, pioneira em Portugal, era composta por uma superfície gelada (30mx60m), vestiários e balneários, gabinetes de apoio à imprensa e ao júri, bilheteiras, bancadas para espectadores e instalações de apoio ao público. O grande objetivo deste projeto foi promover as mais variadas modalidades sobre o gelo durante todo o ano e, simultaneamente atrair visitantes de outras regiões.

Para além do espaço desportivo, o complexo tinha ainda uma componente lúdica e comercial. Era composto por um salão de jogos, uma área de restauração, três cinemas e um espaço comercial.

Este empreendimento viria a durar apenas 10 anos.

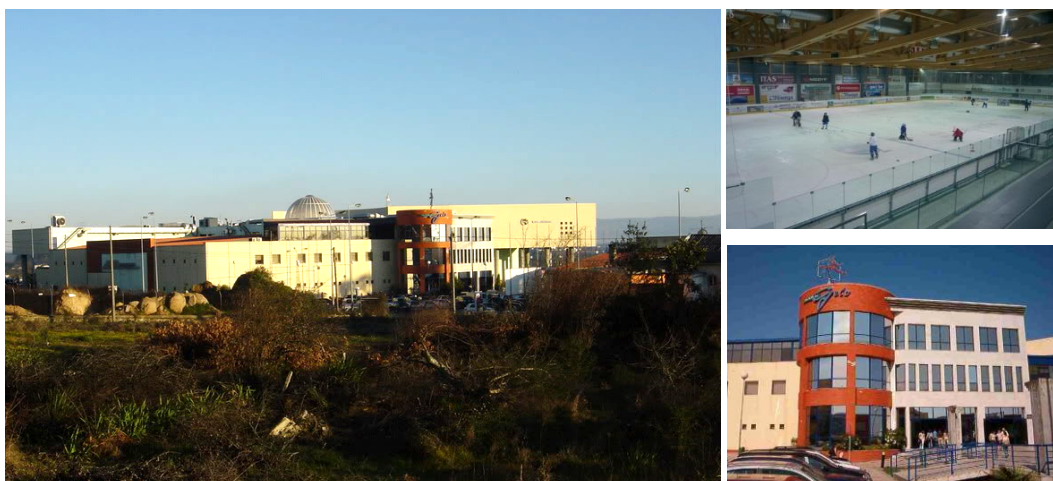


Fig. 46 Antigo Palácio do Gelo. Fotografias de autor anónimo.



Fig. 47 Vista aérea sobre o empreendimento lúdico. Parte do novo edifício já em fase de construção. À direita ainda parte do antigo Palácio do Gelo. Fotografia de autor anónimo, 2006.

Em 2006, iniciou-se a demolição do Palácio dos Desportos, justificada pela necessidade de ampliar as zonas comerciais do Palácio do Gelo (Fig. 47). Os dois complexos deram lugar a um só edifício, o Palácio do Gelo Shopping. O novo equipamento comercial foi inaugurado em 2008, mantendo o conceito inovador seguido anteriormente. Num mesmo espaço passaram a coexistir um centro comercial, um hipermercado, seis salas de cinema, um espaço de restauração, espaços de diversão, lazer e desporto. Foi também construída uma pista de gelo, mas sem a mesma força e importância da anterior.

Em termos urbanísticos, o novo projeto não implicou qualquer alteração no sistema de espaços públicos, já estabelecido com o anterior Palácio do Gelo e dos Desportos.

4.2.3.1 O “complexo lúdico” na malha urbana

Os anos 90 foram uma fase de enorme crescimento para a cidade de Viseu, marcada por um surto expansionista na construção e ampliação de infraestruturas e equipamentos, bem como no desenvolvimento da rede viária.

Foi neste contexto que surgiu o complexo lúdico Palácio do Gelo, tendo sido inserido de maneira estratégica numa importante área de expansão entre a Circunvalação e a 1ª Circular sul.

O novo empreendimento veio criar uma nova centralidade à escala regional e estimular o desenvolvimento urbanístico da sua envolvente. Para além de ter sido implantado numa área com fáceis e rápidos acessos, deu um forte impulso, tal como o novo Hospital Distrital, na época já em construção, para a concretização das propostas apresentadas no Plano de Pormenor. A sua implantação possibilitou, assim, a concretização da 1ª Circular Sul e obrigou ao alargamento da EN231 (Fig. 55). Deu-se também continuidade à rua Quinta da Alagoa, ligando-a ao novo troço da circular. Desta maneira, definiu-se o quarteirão ocupado pelo Palácio do Gelo e dos Desportos e criaram-se as condições para dar continuidade à urbanização da restante área envolvente. No entanto, os efeitos causados pela construção do Palácio do Gelo, nas suas áreas adjacentes, notaram-se sobretudo após a construção do novo edifício.



Fig. 48 Novo Palácio do Gelo em fase de construção. Foto de autor anónimo, 2008.



Fig. 49 Vista aérea sobre o novo Palácio do Gelo ainda em fase de acabamentos. Foto de autor anónimo, 2008.



Fig. 50 Novo Palácio do Gelo. Suse Almeida, 2014.



Fig. 51 Vista aérea sobre o novo Palácio do Gelo ainda em fase de acabamentos. Foto de autor anónimo, 2008.



Fig. 52 Do lado direito o Palácio do Gelo juntamente com os novos lotes residenciais integrados no seu projeto. Suse Almeida, 2014.

Fontes: Fig. 48 - [Em linha] [Consult. 05-08-2014]. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=384192&page=9>; Fig.49, Fig.51 - [Em linha] [Consult. 05-08-2014]. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=384192&page=31>

O Palácio do Gelo Shopping, apesar de não ter alterado a estrutura urbana já definida pelo anterior, acelerou o processo de consolidação desta zona. Ao quarteirão do novo e imponente equipamento juntou-se uma área residencial, integrada no seu projeto. Em 2010, arrancou também a construção do Hospital Privado, resultado de uma parceria entre o Grupo Visabeira e a Caixa Geral de Depósitos. O complexo hospitalar, ainda em fase de construção, foi implantado num espaço adjacente ao equipamento comercial, permitindo consolidar o vazio urbano existente entre este e os loteamentos da Quinta do Galo.

Atualmente, encontram-se em processo de urbanização as zonas adjacentes à 1ª Circular e à EN 231, com a construção de vários lotes residenciais.

Apesar do desenho urbano neste sector da cidade ter registado uma grande evolução, é de notar que esse desenvolvimento tem seguido uma métrica irregular, não existindo um modelo urbano uniforme, sobretudo, entre a urbanização da Quinta do Galo e o Palácio do Gelo. Contudo, nesta análise interessa perceber se o equipamento lúdico influenciou e impulsionou o desenho urbano e não os parâmetros que esse desenho tem seguido. Tal como no caso do hospital distrital de Viseu, a implantação do equipamento lúdico teve consequências diretas na estrutura viária. Exemplo disso foi a evolução da 1ª Circular Sul marcada por várias fases e atualmente concluída.

Quanto à rede viária secundária, criaram-se várias ligações entre a EN 231 de forma a tornar a malha urbana mais permeável e a reforçar os acessos ao hospital. Relativamente às zonas ainda por ocupar o seu desenho foi-se estabelecendo a partir dos acessos viários que têm sido construídos, estando já criadas as condições para dar continuidade à urbanização do restante espaço. No entanto, todo esse processo é moroso e irá levar vários anos até estar terminado.

Nas plantas que se seguem é ilustrado o desenvolvimento urbano ocorrido ao longo dos anos neste sector da cidade, através das reconstituições gerais do desenho urbano existente antes e após (ano de 2000) a construção do Palácio do Gelo e uma planta do desenho urbano atual. De um modo geral, é possível concluir que o Hospital Distrital e o Palácio do Gelo acabaram por se complementar um ao outro no processo de urbanização da área onde estão inseridos. Como já foi introduzido no início da dissertação, estes dois equipamentos tiveram um papel decisivo na

evolução do desenho urbano de uma nova área de expansão, atuando neste caso como motores de desenvolvimento.

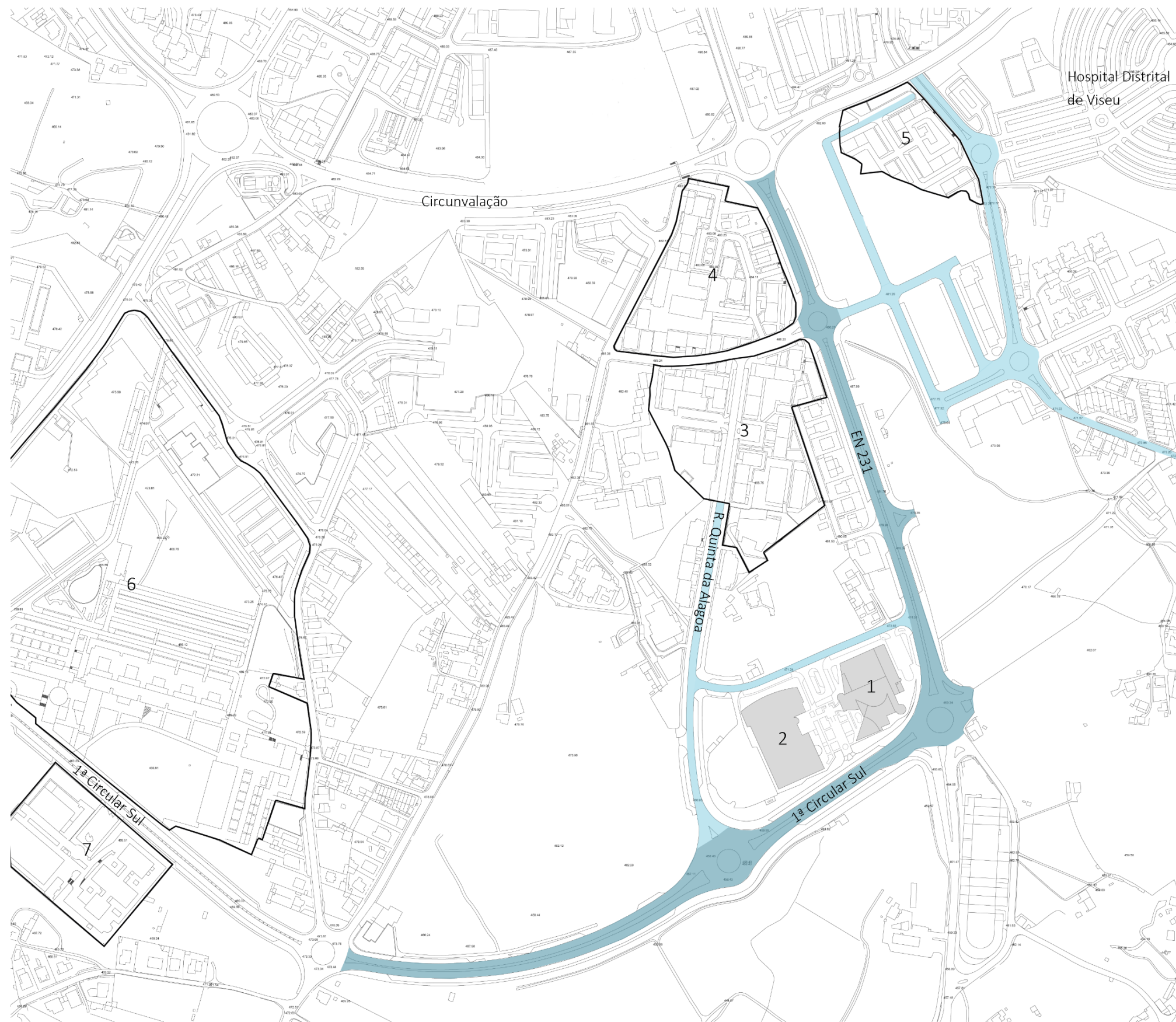
Reconstituição geral do desenho urbano existente antes da construção do complexo lúdico e desportivo Palácio do Gelo - 1992

Legenda

- 1 Espaço escolhido para a implantação do novo complexo lúdico e desportivo
- 2 Quinta do Galo
- 3 Quinta de S. José
- 4 Quinta do Grilo
- 5 Escola Superior de Tecnologia
- 6 Escola EB 2,3 Infante D. Henrique



Fig. 53 Planta da reconstituição geral do desenho urbano existente antes da construção do Complexo Lúdico Palácio do Gelo Suse Almeida, 2014.



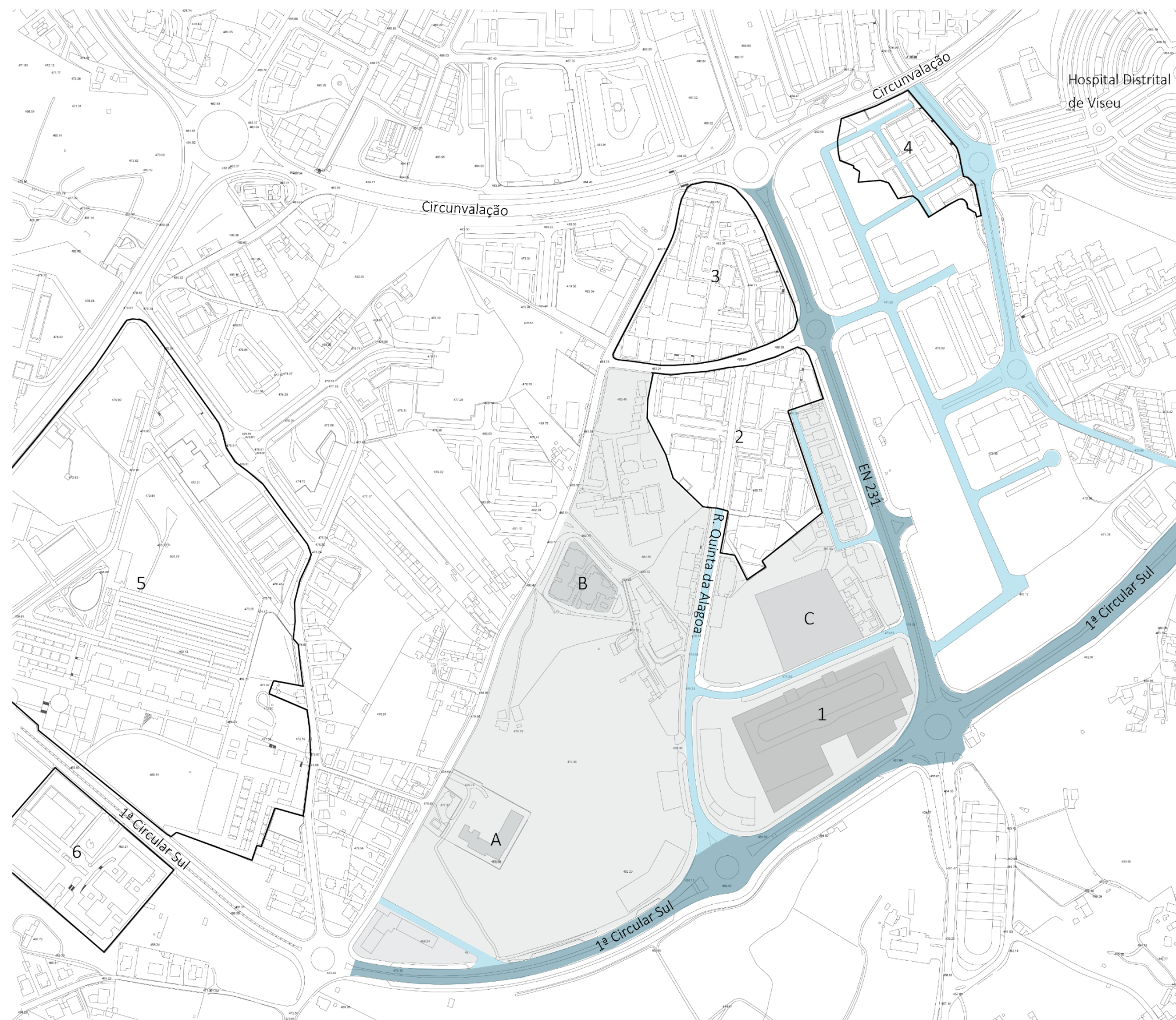
Reconstituição geral do desenho urbano existente em 2000.

Legenda

- 1 Palácio do Gelo
- 2 Palácio dos Desportos
- 3 Quinta do Galo
- 4 Quinta de S. José
- 5 Quinta do Grilo
- 6 Escola Superior de Tecnologia
- 7 Escola EB 2,3 Infante D. Henrique

- Rede viária principal
- Rede viária secundária

Fig. 54 Planta da reconstituição geral do desenho urbano existente em 2000
Suse Almeida, 2014.



Reconstituição geral do desenho urbano atual - 2014

Legenda

- 1 Palácio do Gelo Shopping
- 2 Quinta do Galo
- 3 Quinta de S. José
- 4 Quinta do Grilo
- 5 Escola Superior de Tecnologia
- 6 Escola EB 2,3 Infante D. Henrique

- A- Equipamento escolar
- B- Centro de Saúde
- C- Hospital privado

- Rede viária principal
- Rede viária secundária
- Desenvolvimento urbano ocorrido até à atualidade

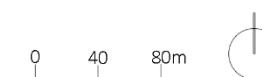


Fig. 55 Planta atual da zona envolvente ao Palácio do Gelo Suse Almeida, 2014.

4.4 Forum Viseu

Viseu, 2003 - 2005

4.4.1 PP da Envolvente Urbana do Rio Pavia

Da autoria do atelier RISCO, o PP da Envolvente Urbana do Rio Pavia, desenvolveu-se no âmbito do Programa Polis.

A necessidade de requalificar e valorizar o recinto da Feira de S. Mateus²¹, situado nas margens do rio Pavia, levou a CMV a avançar com um projeto de reabilitação para este espaço em 1999, tendo já dado início, nessa época, à execução de obras de despoluição do rio.

A autarquia estabeleceu como objetivo crucial a regeneração de toda a área, melhorando as suas condições físicas e apostando em estruturas que a revitalizassem e tornassem num espaço permanentemente atrativo, e não apenas durante o período de realização da feira.

Este sector da cidade, apesar do seu grande valor potencial, por localizar-se dentro do perímetro da circunvalação, com o passar dos tempos foi ficando esquecido, tornando-se descaracterizado e sem uma estrutura urbana clara.

De forma a alargar e complementar as intervenções urbanísticas já iniciadas, a Assembleia Municipal de Viseu aprovou no ano de 2002 o *Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia*, passando a englobar uma extensa área adjacente ao terreiro da feira. A este plano juntaram-se os projetos paisagísticos do Parque Urbano da Radial de Santiago e do Parque da Aguieira, previstos no PDM, assim como o PP da Cava de Viriato. Apesar de planos independentes, todos eles se complementaram entre si, tendo o rio Pavia como elemento estruturante e de união.

²¹ A Feira de S. Mateus, uma das maiores e mais antigas feiras do país, tornou-se num evento emblemático da cidade de Viseu, atraindo anualmente milhares de pessoas, entre Agosto e Setembro.



Fig. 56 Local de implantação do Forum antes da sua construção – Central elétrica. Hélder Ferreira, 2002.



Fig. 57 Margens do rio Pavia antes das obras de requalificação. Hélder Ferreira, 2002.



Fig. 58 Local de implantação do Forum antes da sua construção. Hélder Ferreira, 2002.



Fig. 59 PP da Envolvente Urbana do Rio Pavia, Planta de Implantação, DPGU de Viseu, 2012. DGT

Fontes: Fig.56, Fig.57, Fig.58 – BUSQUETS, Joan; FERREIRA, Helder, Cidade Antiga e Novo Projecto Urbano, Viseu. Porto: Edições Caixotim, 2007.

A área de intervenção do *PP da Envolvente Urbana do Rio Pavia* caracteriza-se por duas zonas distintas.

A primeira abrange a encosta norte da colina da Sé, tida como um espaço consolidado e com um forte valor histórico. A restante área é constituída pelos terrenos planos, junto à cota inferior da encosta. Esta caracterizava-se como um espaço desqualificado e indefinido, onde as áreas mais consolidadas, situadas nos principais arruamentos e nas zonas mais próximas do núcleo da Sé, contrastavam com os grandes vazios urbanos, sem qualquer tratamento paisagístico, nas margens do rio Pavia.

Nas propostas apresentadas pelo atelier RISCO foi dada prioridade à requalificação e revitalização da frente ribeirinha, integrando-a no recinto da feira de São Mateus e na zona histórica da cidade.

Atualmente, o grau de execução do plano é elevado, estando praticamente finalizadas as intervenções de carácter público, integradas no âmbito do Programa Polis.

Foram executadas as obras do parque linear do rio Pavia, desenvolvendo-se uma estrutura verde contínua ao longo do rio, que criou uma ligação entre os dois parques urbanos. O parque foi tratado do ponto de vista paisagístico, investindo-se em mobiliário urbano e na criação de percursos pedonais e de bicicleta, conferindo-lhe um carácter de utilização coletiva de estadia e lazer (Fig. 61).

Infraestruturou-se e equipou-se o recinto da feira, apostando-se numa nova organização. A construção de um pavilhão multiusos (Fig. 63), apesar da sua relação com a malha urbana ser um pouco indefinida, ajudou a revitalizar este espaço ao longo de todo o ano e serviu também para definir e rematar o seu perímetro, juntando-se ao quarteirão de edifícios já existente.

Construíram-se e recuperaram-se os espaços de circulação pedonal e desenvolveu-se uma forma comoda de ligar a parte baixa da cidade ao largo da Sé, através da instalação de um funicular (Fig. 60).

Reestruturou-se e reabilitou-se, igualmente, toda a frente edificada ao longo do parque linear, integrando-a na malha envolvente.



Fig. 60 Ligação entre a parte baixa a parte alta da cidade. Suse Almeida, 2014.



Fig. 61 Percurso pedonal junto ao rio. Suse Almeida, 2014.



Fig. 62 Zona ribeirinha requalificada. Suse Almeida, 2014.

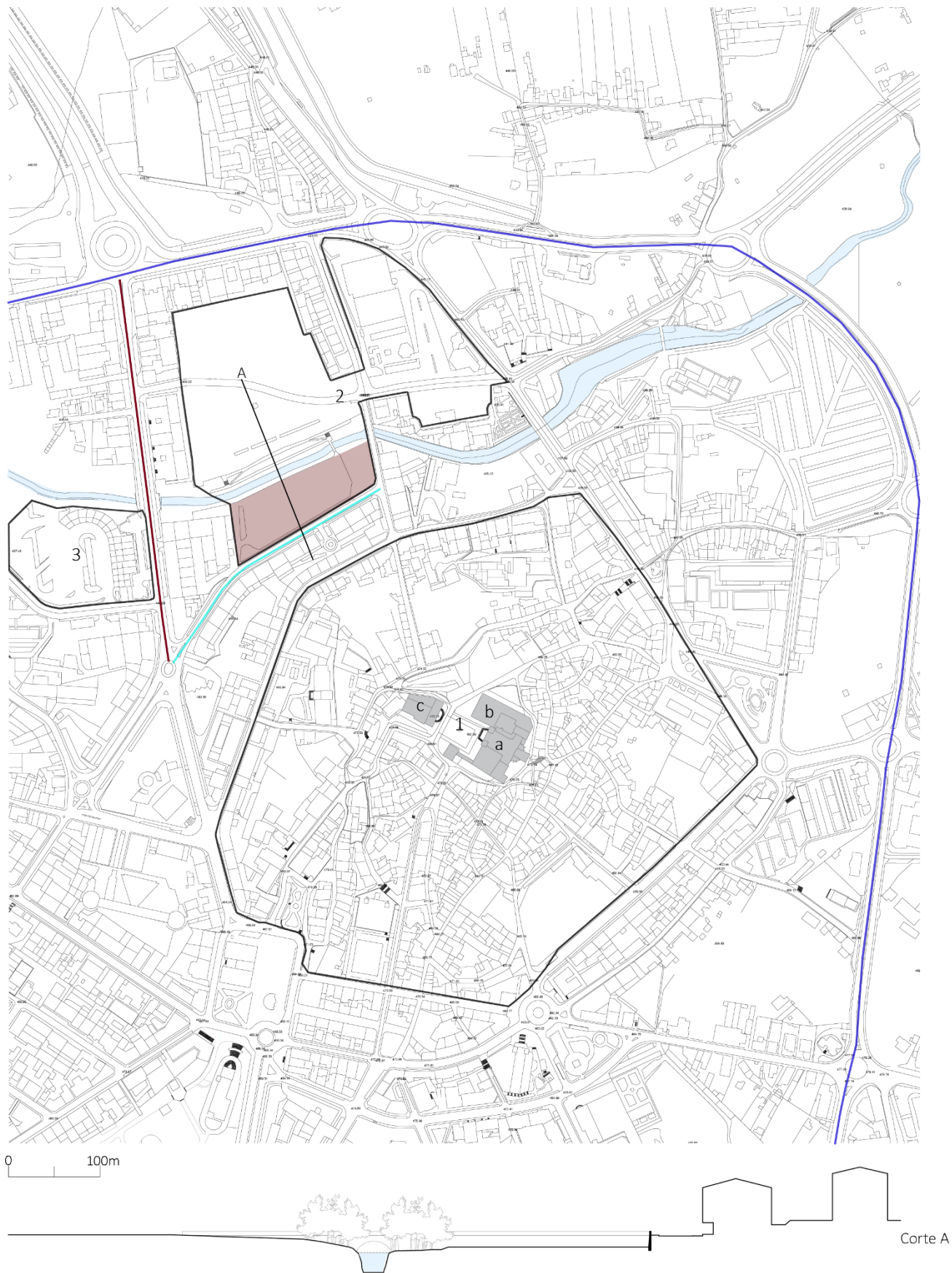


Fig. 63 Parte do recinto da Feira de S. Mateus após as obras de requalificação. Pavilhão Multiusos à direita. Suse Almeida, 2014.

Nas intervenções propostas, a que merece maior destaque foi a construção do edifício misto de comércio e habitação Forum Viseu, implantado no vazio urbano existente entre o rio Pavia e a Rua D. José da Cruz Moreira Pinto. O plano procurou definir os condicionamentos urbanísticos e arquitetónicos para a construção do equipamento coletivo, que veio estabelecer uma nova centralidade e dinamizar o sector norte da cidade, integrando-o na restante envolvente.

A implantação definida para o equipamento comercial resultou “[...] do concurso elaborado pela Câmara Municipal de Viseu para a construção de um edifício misto de comércio e habitação na margem do rio Pavia, [...]. As condicionantes urbanísticas [...] foram elaboradas [...] de forma a assegurar a sua boa integração com a envolvente e enquadrar-se nos objetivos do presente plano de pormenor.” (PP da Envolvente Urbana do Rio Pavia, Proposta de Relatório. 2002, p.16)

Das ações previstas no programa de execução do plano apenas faltam consolidar as de promoção privada, ainda num baixo nível de execução, onde estão previstas reabilitações de alguns edifícios para uso habitacional e comercial.



Local de implantação do Forum
 Circunvalação
 Av. António José de Almeida
 R. D. José da Cruz Moreira Pinto
1 Núcleo medieval | 2 Recinto da Feira de S. Mateus | 3 Estação rodoviária | a Sé Catedral | b Museu Grão Vasco | c Igreja da Misericórdia

Fig. 64 Planta de enquadramento do local escolhido para a implantação do Forum Viseu. Suse Almeida, 2014.

4.4.2 O Forum como projeto urbano

Nos estudos de caso apresentados anteriormente está bem vinculada a ideia dos equipamentos coletivos enquanto elementos de expansão, tendo contribuindo, desta forma, para a evolução do desenho urbano da cidade de Viseu. O Forum Viseu, apesar de também ter contribuído para esta evolução, trata-se de um caso diferente, atuando como um elemento de consolidação urbana que, para além de ter desenhado um quarteirão da cidade, contribuiu ainda para o redesenho das suas áreas envolventes.

Mais do que um edifício multiusos, o Forum é, acima de tudo, um projeto de carácter urbano, pela forma subtil como se adaptou e se inseriu na malha urbana da cidade, respondendo às várias condicionantes impostas pela sua envolvente.

O primeiro passo para o desenvolvimento do projeto foi dado no ano de 2000, com o concurso lançado pela CMV, do qual saiu vencedora a Multidevelopment Portugal. As primeiras obras iniciaram-se passados três anos, ficando concluídas em Janeiro de 2005. O centro comercial foi inaugurado em Setembro desse ano.

O projeto foi elaborado pelo atelier B.A.U do arquiteto catalão Joan Busquets em parceria com os arquitectos T+T Design.

Implantado num dos últimos espaços disponíveis ao longo do rio Pavia, o edifício veio integrar-se no centro histórico e comercial de Viseu. O terreno usado era um vazio urbano que servia como parque de estacionamento ao ar livre e albergava a feira de S. Mateus, durante o seu período de realização. Apesar de ser um espaço praticamente abandonado, inseria-se no tecido compacto da cidade e apresentava boas acessibilidades, estando próximo da Avenida António José de Almeida, uma das principais artérias de acesso ao centro da cidade, e do Centro Municipal de Autocarros (Fig. 64).

O terreno, compreendido entre o rio Pavia e a Rua D. José da Cruz Moreira Pinto tinha algumas particularidades, apresentando um desnível de aproximadamente três metros com a rua e de cinquenta centímetros em relação ao rio.



Fig. 65 Vista sobre o local escolhido para a implantação do Forum. Hélder Ferreira.



Fig. 66 Vazio urbano que servia como local de estacionamento. Hélder Ferreira, 2002.



Fig. 67 Vazio urbano que servia como local de estacionamento. Hélder Ferreira, 2002.

De forma a contornar esta situação, o edifício foi implantado com um piso semi-enterrado ao nível da margem do rio, abrindo-se totalmente para a frente ribeirinha através de uma “promenade”. Desta forma, estabeleceu-se uma relação forte entre o espaço comercial e o parque verde que acompanha o rio.

O novo passeio pedonal desenvolve-se ao longo desta fachada do centro comercial, prolongando-se desde a Avenida António José de Almeida até à ponte, junto à antiga central elétrica, a partir de rampas e suaves escadarias.

Vencidos os três metros, surge o piso 1, ao nível da rua D. José da Cruz Moreira Pinto, de onde partem dois blocos longitudinais ligados por pontes móveis nos níveis superiores. Os dois blocos definem um corredor urbano entre si que, para além de conferir grande permeabilidade a este espaço, mantem um eixo visual já estabelecido no passado, desde o bairro do Massorim até à Cava de Viriato. Este corredor funciona também como espaço de entrada urbana a partir da cidade, convidando os visitantes a percorre-lo.

O estacionamento desenvolve-se no subsolo e os edifícios de habitação a partir do piso 2. No total o Forum não ultrapassa a cêrcea dos volumes envolventes, respeitando assim, o contorno urbano e a silhueta formada pela colina da Sé.

O edifício está dotado de vários acessos, tanto a nível rodoviário como pedonal que reforçam ainda mais a ideia de integração na estrutura urbana.

O equipamento comercial acabou, assim, por adaptar-se às várias realidades envolventes. Desde o ajuste à topografia do terreno, criando uma relação com o rio, às ligações visuais estabelecidas com a Cava de Viriato ou até mesmo à sua altura, determinada pela silhueta da Sé, tudo se foi moldando à história da cidade.

4.4.2.1 Consequências no desenho urbano

Encarado como um elemento de regeneração urbana, o Forum Viseu trouxe novas vivências a toda a população da cidade, complementando o carácter comercial da feira de S. Mateus e das pequenas lojas existentes ao longo da rua D. José da Cruz Moreira Pinto.

O centro comercial não só se tornou numa nova centralidade à escala regional, como desenvolveu o desenho da malha urbana no sector norte da cidade, consolidando um dos últimos espaços livres ao longo do rio e definindo os limites da cidade tradicional.

O edifício foi desenhado de forma a preencher os limites do quarteirão onde foi implantado, abrindo a sua atividade comercial para o interior. Desta forma, definiu e delimitou as ruas envolventes, assim como uma parte do quarteirão existente junto à fachada oeste e com frente para a Avenida António José de Almeida.

A dimensão e poder de atratividade inerentes ao centro comercial requerem que este esteja dotado de boas infraestruturas de acesso. A sua construção obrigou, assim, a uma reestruturação viária e à redefinição e construção de novos arruamentos.

Junto ao rio, a criação da promenade foi uma forma de urbanizar toda esta margem, desenhando-se uma área de passeio junto ao edifício e outra de jardim. Este corredor pedonal tornou-se num dos acessos ao centro comercial (Fig 72).

Ajustaram-se as cotas topográficas na fachada este do edifício de forma a facilitar a circulação pedonal dos visitantes e redefiniu-se o traçado da Rua da Ponte de Pau.

A rua D. José da Cruz Moreira Pinto sofreu igualmente alterações, suprimindo-se uma parte do estacionamento ao nível da rua para que esta passasse a ter duas faixas de circulação e integrasse acessos ao parque de estacionamento subterrâneo do equipamento. O mesmo aconteceu na Avenida António José de Almeida, que ganhou um novo desenho junto à estação rodoviária de forma a integrar os restantes acessos ao parque.



Fig. 68 Integração do equipamento comercial na malha urbana. Hélder Ferreira, 2002.



Fig. 69 R. D. José da Cruz Moreira Pinto – Acessos ao parque de estacionamento subterrâneo. Suse Almeida, 2014.



Fig. 70 “Promenade” junto ao rio. Suse Almeida, 2014.



Fig. 71 Desnível entre a Rua da Ponte de Pau e o Forum. Suse Almeida, 2014.

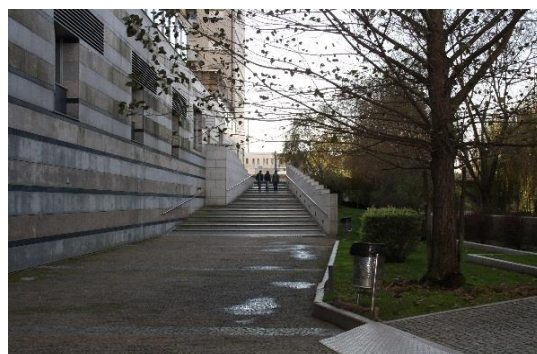


Fig. 72 Acesso pedonal ao Forum a partir da Av. António José de Almeida. Suse Almeida, 2014.

A fluidez e permeabilidade que caracterizam o equipamento comercial conferem-lhe um carácter fortemente urbano.



Gonçalo Byrne procurou desenhar um pedaço de cidade. Joan Busquets desenhou um quarteirão da cidade, procurando integra-lo na restante envolvente ao fugir da ideia de centro comercial como peça isolada e compacta.

Nas plantas que se seguem são, mais uma vez, apresentadas duas reconstituições gerais que permitem fazer uma análise comparativa entre o desenho urbano existente antes da construção do Forum Viseu e a evolução que se deu com a sua construção.

Reconstituição geral do desenho urbano existente antes da construção do Forum Viseu - 1999

Legenda

- 1 Recinto da Feira de S. Mateus
- 2 Estação rodoviária

-  Rede viária principal
-  Local de implantação do Forum

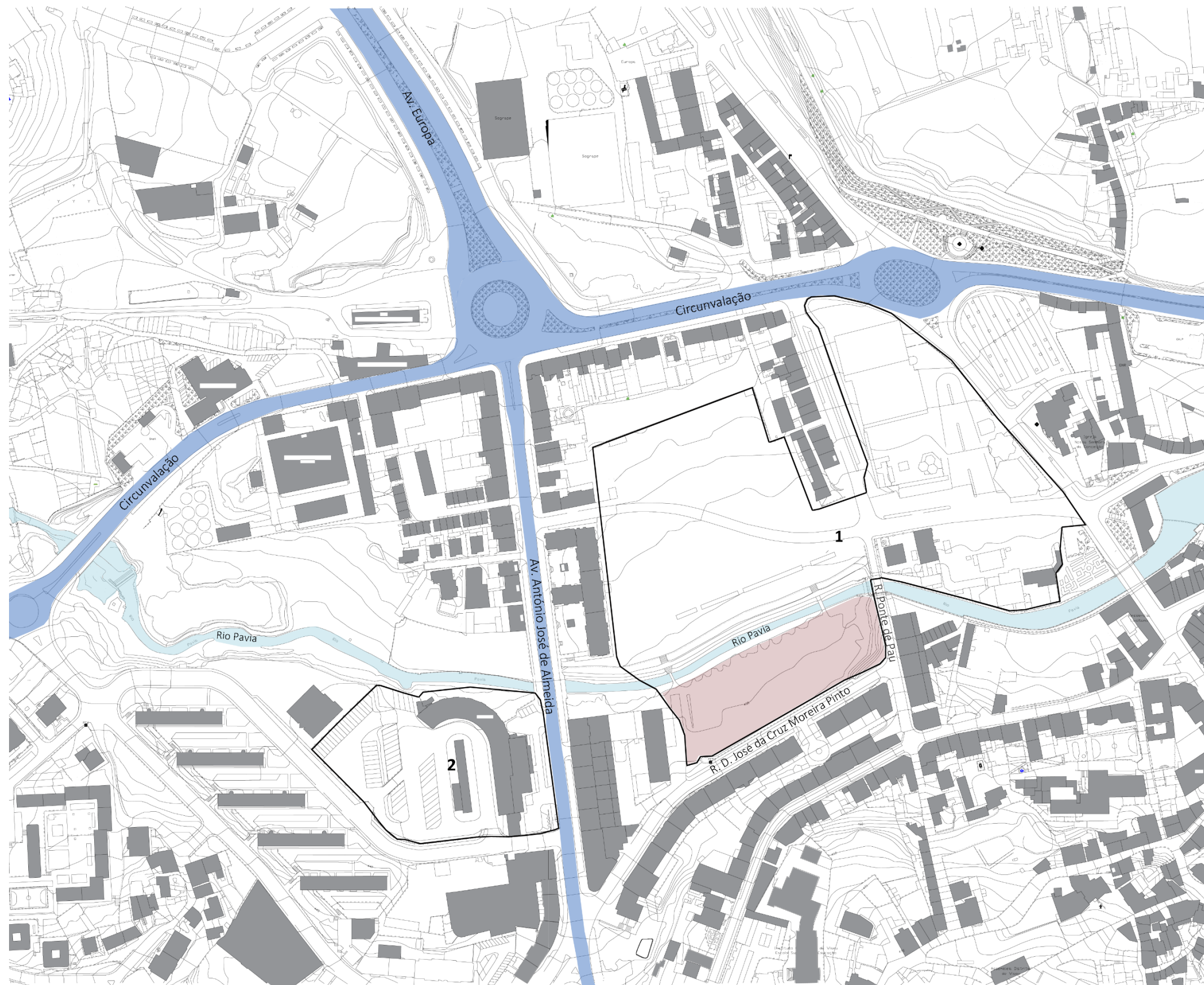


Fig. 73 Planta de reconstituição geral do desenho urbano existente antes da construção do Forum Viseu, Suse Almeida, 2014.



Reconstituição geral do desenho urbano atual na zona envolvente ao Forum Viseu

Legenda

- 1 Forum Viseu
- 2 Recinto da Feira de S. Mateus
- 3 Estação rodoviária
- 4 Pavilhão Multiusos

- Alterações provocadas pelo forum no desenho urbano envolvente
- Acessos ao estacionamento subterrâneo do Forum



Fig. 74 Planta atual da área envolvente ao Forum Viseu. Suse Almeida, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do espaço urbano é um processo complexo, onde podem participar diversos intervenientes. Uns destacam-se mais do que outros influenciando, desta forma, o desenho da própria cidade. É o caso dos equipamentos coletivos. Nem sempre é fácil perceber o seu papel na estrutura urbana, sobretudo, na cidade contemporânea, pela complexidade e versatilidade que a caracteriza. No entanto, é impossível negar o diálogo existente entre estes e a cidade.

Apresentados metaforicamente neste trabalho como âncoras de desenvolvimento, os equipamentos têm desempenhado um papel determinante no desenho urbano, podendo assumir várias facetas. Se por um lado, nos PGU elaborados por João Aguiar, nas décadas de 40 e 50, a sua influência se fez sentir nas próprias demolições propostas pelo urbanista, tendo como objetivo a valorização da sua envolvente imediata no caso dos edifícios públicos e monumentos, por outro, foram também implantados novos equipamentos de maneira a consolidar zonas centrais – centros cívicos - ou como elementos de expansão. O aumento das propostas para a construção de novos edifícios públicos, nesta época, começou também a atrair investimentos privados que, aos poucos, foram contribuindo para o processo de urbanização dos núcleos urbanos.

A abordagem a este tema foi exemplificada pela cidade de Viseu. Desta forma, foi possível relacionar e demonstrar casos reais de desenvolvimento de desenho urbano a partir do impulso de alguns equipamentos coletivos.

Para Viseu é possível criar uma ligação entre as várias fases de crescimento da cidade e o contributo dado por alguns equipamentos nessa evolução.

A construção do liceu de Alves Martins numa área de crescimento da cidade, fez com que este se tornasse no grande impulsionador da expansão poente do núcleo viseense. O equipamento escolar acabou por ser integrado no AGU de 1950, acabando por estruturar o desenho urbano estabelecido para a sua envolvente no plano.

Relativamente ao novo Hospital Distrital de Viseu e ao Palácio do Gelo e dos Desportos, ambos os equipamentos foram construídos na década de 90, marcando esta fase de expansão da cidade.

O crescimento periférico irregular registado entre as décadas de 70 e 90, em Viseu, foi acompanhado também pelas infraestruturas viárias, iniciando-se a construção de uma nova circular.

A necessidade de consolidar as áreas de expansão definidas pela circunvalação e 1ª circular fez com que se desse início à construção de diversos equipamentos, destacando-se pela sua dimensão o Hospital e o Palácio do Gelo e dos Desportos. A implantação destes dois edifícios na malha urbana impôs, conseqüentemente, determinadas condições de desenho urbano para o seu correto funcionamento. Para além disso, geraram novas centralidades à escala regional, atraindo investimentos privados que têm fomentado a urbanização de toda a zona envolvente.

Já neste século, é desenvolvido o projeto para o Forum Viseu, numa fase em que se começam a tentar contrariar as políticas de expansão urbanísticas até então seguidas, apostando-se na revitalização da cidade existente.

Este equipamento é um caso de consolidação da malha urbana, tendo sido implantado num dos últimos espaços disponíveis no interior da circunvalação.

Apesar de cada um dos equipamentos apresentados terem características diferentes, todos eles se assumiram como geradores de desenho urbano. Cada um à sua maneira, foram impondo regra na estrutura urbana, desenhando e redesenhando espaços.

No caso da cidade de Viseu é notório o papel que os equipamentos têm assumido como âncoras de desenvolvimento, fazendo parte das estratégias de planeamento da cidade. Se até finais do século XX se apostou na sua expansão pela cidade, a partir do século XXI tem-se procurado desenvolver políticas de revitalização

do centro urbano, apostando-se na criação e densificação de novas centralidades, como foi o caso do Forum Viseu e na reabilitação e aproveitamento de vários edifícios instalados no seu núcleo histórico, conferindo-lhes um programa público, o que leva a crer que o futuro das estratégias de planeamento urbano podem passar por aqui.

O carácter desta investigação não nos permite chegar a conclusões, no entanto, existe uma certeza: os equipamentos sempre influenciaram e continuarão a influenciar o desenho urbano das cidades.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, João António, *Anteplano Geral de Urbanização de Castelo Branco*. Castelo Branco: DGOTDU, 1945.

AGUIAR, João António, *Anteplano Geral de Urbanização da Guarda*. Guarda: DGOTDU, 1949.

AGUIAR, João António, *Anteplano de Urbanização de Viseu*. Viseu: DGOTDU, 1950.

ALMEIDA, Jorge Rodrigues, *A dinâmica Urbana de Viseu na segunda metade do século XX. O contributo dos planos urbanísticos dos particulares na formação da cidade*. Porto: [s.n.], 2000. Tese de mestrado: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ARAGÃO, João N. M. de Nina, *O Liceu de Viseu: Subsídios para a sua História*. Viseu: Escola Secundária Alves Martins, 1999.

BUSQUETS, Joan; FERREIRA, Hélder, *Cidade Antiga e Novo Projecto Urbano, Viseu*. Porto: Edições Caixotim, 2007

CAMPOS, Carlos Miguel Freire, *Nuno Portas: diálogos entre teoria e prática [1957-1974]*, Coimbra: [s.n.], 2011. Tese de mestrado: Departamento de Arquitetura da FCTUC.

CASTILHO, Liliana Andrade de Matos e, *Geografia do Quotidiano. A Cidade de Viseu no Século XVI*. Viseu: Edições Arqueohoje, 2009.

COELHO, Carlos Dias; COSTA, João Pedro; LEITE, João Silva; SILVA, José Miguel; TRINDADE, Luísa; PEREIRA, Paulo; PROENÇA, Sérgio Barreiros; FERNANDES, Sérgio Padrão; MONTEYS, Xavier, *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da cidade portuguesa – Os Elementos Urbanos*. Lisboa: Edições ARGUMENTUM, 2013.

CRAVEIRO, João Lutas; FERREIRA, Isabel Caetano; ALMEIDA, José Manuel, *Estudo sobre a área do plano de salvaguarda de Ajuda/Belém – Transformações sócio urbanísticas e ambientais induzidas pelo Centro Cultura de Belém*. Lisboa: LNEC, 1992

EXPO, Parque, *Estudo de Enquadramento Estratégico da Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística de Viseu*. Lisboa: Parque EXPO 98, 2008.

FIGUEIREDO, Rui Jorge Rodrigues de, *Cidade – Centro Comercial. O centro comercial como elemento de revitalização Urbana. Caso de estudo: FORUM VISEU*. Coimbra: [s.n.], 2010. Tese de mestrado: Departamento de Arquitetura da FCTUC.

GRANDE, Nuno Alberto Leite Rodrigues, *O verdadeiro mapa do universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Coimbra: e|d|arq – Departamento de Arquitectura da FCTUC, 1998.

GRANDE, Nuno Alberto Leite Rodrigues, *Arquitecturas da cultura: política, debate, espaço: génese dos grandes equipamentos culturais da contemporaneidade portuguesa*. Coimbra: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento: Departamento de Arquitectura da FCTUC.

HP – Hidrotécnica Portuguesa, *Plano Geral de Urbanização de Viseu*. Viseu: DGOTDU, 1976.

LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LIMA, Viana de, *Anteplano de Valença*. Valença: DGOTDU, 1966.

LIMA, Viana de, *PP da Expansão Urbana de Vila da Feira*. Vila da Feira: DGOTDU, 1976.

LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. Porto: DGOTDU/FAUP, 1993.

MOUTA, J. Henriques, *Panorâmica e dinâmica de Viseu Medieval. Revista Beira Alta, vol. XXVII*. Viseu: Assembleia Distrital, 1968.

NÉVOA, Patrícia Ferreira da Cunha Thadeu, *Equipamentos colectivos e (re)estruturação do espaço urbano: aplicação a três bairros de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2012. Tese de mestrado: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, Luz Valente, *Os equipamentos colectivos e a transformação urbano-rural*. Lisboa: LNEC, 1983.

PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

PORTAS, Nuno et al., *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PRATA, Ana Isabel da Costa, *Reestruturação e adaptabilidade dos “espaços não-lectivos” – A reabilitação de escolas secundárias no âmbito do Programa de Modernização da Parque Escolar*, Lisboa: [s.n.] Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

ROSSI, Aldo (1966), *A arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

DOCUMENTOS ELETRONICOS

ESCOLAR, Parque, *Liceus, Escolas Técnicas e Secundárias* [Em linha] Lisboa: Edição Parque Escolar, EPE, 2010 [Consult.16-02-2007] Disponível em <http://issuu.com/luiz/docs/nameb7e084>

Revista *ARQUITECTURA & sustentabilidade*. Julho de 2011 [Em linha] Lisboa: Research&Publish, 2011- . ISBN 978-989-20-0850-9 [Consult.01-03-2014] Disponível em <http://docentes.fam.ulusiada.pt/~d1249/revistaas.pdf>

NETNOGRAFIA

cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/indice/index.php

analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223290786U1mKK3no2Zu36NC6.pdf

www.ub.edu/escult/Water/w-18/publication/onthewaterfront_18.pdf

revistas.ulusofona.pt/index.php/malhaurbana/article/view/1685

www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/EstudosNaoPublicados/Viseu/Viseu.pdf

DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS

WISEU – Câmara Municipal – Plano de Pormenor da Zona Envolvente da Circunvalação e 1ª Circular Sul (Jugueiros) e da Zona do novo Hospital Distrital de Viseu – Memória descritiva e justificativa. 1993. Acessível no Gabinete de Urbanismo da Câmara Municipal de Viseu.

WISEU – Câmara Municipal – Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia – Proposta de Relatório. 2000. Acessível no Gabinete de Urbanismo da Câmara Municipal de Viseu.

WISEU – Arquivo Distrital – Processos referentes ao projeto do Palácio do Gelo:

OCP – 237 1991 Movid, Ranhados

OCP – 518 1992 Movid, Ranhados

OCP – 519 1992 Movid, Ranhados

OBSERVAÇÕES

Fontes de figuras

As figuras 2, 3, 5, 6, 14, 15, 16, 18, 26, 28, 29 e 30 foram retiradas do Arquivo Histórico da DGT - www.dgterritorio.pt

As figuras 8, 22, 34, 38 e 59 foram retiradas do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) – Instrumentos de Gestão Territorial em Vigor – da DGT – www.dgterritorio.pt